

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 086/2021
Data: 08/06/2021

ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
MARCELO SAMMARCO: AGENTES MARÍTIMOS SOB AMEAÇA	4
PORTUÁRIO QUESTIONA FRASCO DE VACINA SEM NOME DO FABRICANTE EM SANTOS: 'TEM QUE MOSTRAR'; VÍDEO	5
TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS ENTRE 30 E 35 ANOS VACINAM CONTRA A COVID-19 NESTA TERÇA.....	6
EUA PROMETEM APROFUNDAR COOPERAÇÃO PARA O 5G NO BRASIL.....	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	8
ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE TEMAS DA AGENDA REGULATÓRIA BIÊNIO 2020/2021	8
ANTAQ REALIZARÁ 502ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA NESTA QUINTA-FEIRA (10)	9
AGÊNCIA GÂMARA - DF	9
PROJETO DA CÂMARA AUTORIZA PRESIDENTE DA REPÚBLICA A DECRETAR MOBILIZAÇÃO NACIONAL NA PANDEMIA	9
ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS	10
TERMINAL DA SANTOS BRASIL MOVIMENTA 5.245 CONTÊINERES E BATE RECORDE HISTÓRICO	10
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	11
SANTOS PORT AUTHORITY REALIZA PALESTRAS EM COMEMORAÇÃO AO MÊS DA SUSTENTABILIDADE	11
PORTO DO AÇU INVESTE EM TECNOLOGIA PARA SE IGUALAR AOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO	11
SUAPE LANÇA SELO “AMIGO DO OCEANO” PARA INCENTIVAR BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NOS TERMINAIS ARRENDATÁRIOS.....	12
COMEX DO BRASIL	13
EXPORTAÇÕES CRESCEM 94,1% E SUPERÁVIT COMERCIAL SOBE 161% NA PRIMEIRA SEMANA DE JUNHO.....	13
ISTOÉ - DINHEIRO	14
ANEEL ABRE CONSULTA SOBRE REGRAS DE LEILÃO PARA FORNECER ENERGIA A PARTIR DE 2026.....	14
ALTA DE 1,8% NO VAREJO EM ABRIL É MAIOR RESULTADO PARA O MÊS DESDE 2000, DIZ IBGE	15
CÂMARA ANALISA MUDANÇA EM REGRA DE LEILÕES VIRTUAIS	15
APÓS REUNIÃO COM FÁBIO FARIA SOBRE 5G, EUA PROMETEM APROFUNDAR COOPERAÇÃO.....	16
MONEYTIMES	17
GOVERNO APOIA NOVO TEXTO DA MP DA ELETROBRAS E VÊ PROBLEMAS SUPERADOS, DIZ SECRETÁRIO.....	17
RUMO APRESENTA À CVM REGISTRO DA OFERTA DE R\$ 1 BILHÃO EM DEBÊNTURES.....	17
É RAZOÁVEL QUE O DINHEIRO COMECE A FLUIR NOVAMENTE PARA O BRASIL, DIZ CAMPOS NETO.....	18
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	19
CÂMARA VAI OUVIR BENTO ALBUQUERQUE SOBRE CRISE HÍDRICA	19
GOVERNO CORRE CONTRA O TEMPO PARA APROVAR MP DA ELETROBRAS, MAS ENCONTRA RESISTÊNCIA NO SENADO.....	20
AS TARIFAS DE ENERGIA NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO.....	22
CONCENTRAÇÃO DE MERCADO DA ELETROBRAS PRIVATIZADA PREOCUPA AGENTES.....	24
JORNAL O GLOBO – RJ	28
GUEDES DEFENDE FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCOSUL E DIZ QUE ECONOMIA FECHADA É 'ARMADILHA' PARA O BRASIL	28
ARGENTINA ENDURECE POSIÇÃO CONTRA PLANO DO BRASIL DE BAIXAR TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL	29
COM EXPECTATIVAS ACIMA DA META, PRESIDENTE DO BC REAFIRMA QUE PRESSÃO NA INFLAÇÃO É TEMPORÁRIA	32
GUEDES PROMETE ATÉ MAIS 3 MESES DE AUXÍLIO EMERGENCIAL, MAS DIZ QUE GOVERNO NÃO VAI DESCONTROLAR CONTAS POR CAUSA DE ELEIÇÕES	34
ECONOMIA COM INCLUSÃO DE MILITARES E JUDICIÁRIO NA REFORMA DE SERVIDORES SERIA DE R\$ 31 BI.....	36
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	36
NOVO REFIS VAI INCLUIR O PARCELAMENTO DE DÍVIDAS ANTERIORES À PANDEMIA	36
MINAS ESPERA INVESTIMENTOS DE R\$ 26,7 BI COM NOVO MODELO DE FERROVIAS	38
RIO RECEBE R\$ 18,2 BI EM LEILÃO DA CEDAE, MAS NÃO QUITA DÍVIDA COM A UNIÃO.....	40
ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ SURPREENDENTEMENTE ROBUSTA, APESAR DA PANDEMIA, DIZ KENNETH ROGOFF.....	40
VAMOS RENOVAR O AUXÍLIO EMERGENCIAL POR MAIS DOIS OU TRÊS MESES, DIZ GUEDES	43
VALOR ECONÔMICO (SP)	44
INDEFINIÇÃO SOBRE REGIME FISCAL AFETA PROJETOS EM PORTOS.....	44
ECORODOVIAS: TRÁFEGO NESTE ANO É 13,3% MAIOR QUE EM 2020, MAS AINDA 1,8% MENOR QUE EM 2019.....	46
CRISE HÍDRICA PREOCUPA AGRICULTURA	47
ACORDO GLOBAL PARA TAXAR MÚLTIS DARIA € 900 MILHÕES AO BRASIL	48



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO	49
GREVE DE TRABALHADORES DE ADUANA ATRASA EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DA ARGENTINA	49
PORTAL PORTOS E NAVIOS	50
‘CONTRATOS VIGENTES NÃO SERÃO DESRESPEITADOS EM DESESTATIZAÇÕES’, DIZ PILONI	50
DECISÃO DO TCU FRAGILIZA MODELO DE CONCEÇÃO DE TERMINAIS DO MINFRA	51
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR POSSÍVEL DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS CATARINENSES	53
100º ESTADO ADERE AO TRATADO DE EMISSÕES E POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA DE NAVIOS	54
O GOVERNO HOLANDÊS DESTINA US\$ 2,56 BILHÕES PARA PROJETO DE CAPTURA DE CARBONO EM ROTTERDAM	54
ESPAÑA ADERE À CONVENÇÃO DE RECICLAGEM DE NAVIOS DE HONG KONG	55
ESTALEIRO CHINÊS CORTA O PRIMEIRO AÇO PARA FPSO DA EQUINOR PARA O CAMPO DE BACALHAU	55
SEMBICORP MARINE AINDA ENFRENTA DÉFICIT DE TRABALHADORES QUALIFICADOS	56
ICTSI RIO BRASIL AMPLIA O SUPORTE DE SEUS SERVIÇOS LOGÍSTICOS COM A CONCESSÃO DO TERMINAL INTERMODAL DE FLORIANO	57
PORTO DE CABEDELLO ATUALIZA PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO (PDZ)	57
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	58
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	58



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

MARCELO SAMMARCO: AGENTES MARÍTIMOS SOB AMEAÇA

Das 320 agências marítimas estabelecidas no país, 48 estão no Porto de Santos

Por: *Marcelo Sammarco*



Marcelo Sammarco: Agentes marítimos sob ameaça - 2/3
Foto: Unsplash

Atualmente, o Brasil conta com mais de 320 agências marítimas estabelecidas em todos os portos do país, sendo 48 concentradas no Porto de Santos, o que evidencia a relevância econômica do segmento que gera milhares de empregos diretos no território nacional.

Na condição de mandatários e agindo por conta e ordem dos seus respectivos armadores-transportadores-mandantes, os agentes marítimos são responsáveis por desempenhar funções fundamentais de cunho administrativo e comercial perante os mais diversos órgãos públicos intervenientes e terceiros em cada porto de escala dos navios agenciados. Eles têm como finalidade obter autorizações para atracação e desatracação, supervisionar operações de carga e descarga de mercadorias, embarque e desembarque de tripulantes, além de emitir documentos comerciais ou destinados a autoridades anuentes, providenciar abastecimento de combustível e de suprimentos de bordo – dentre outras tarefas sem as quais a operação do navio para consecução da atividade fim do transporte marítimo, que é atender o frete contratado e viabilizar o comércio internacional, seria inviável.

Além das atribuições aqui já mencionadas, os agentes marítimos desempenham a função de inserir dados no sistema informatizado da Receita Federal, denominado Siscomex Carga (Siscarga), relativamente à movimentação de navios, cargas e unidades de cargas com origem ou destino nos portos brasileiros. Dentre as informações que devem ser inseridas no referido sistema, estão incluídos dados sobre escalas dos navios, tipo de operação, número de cada conhecimento marítimo, nomes de embarcadores e consignatários, descrição completa de todas as cargas existentes a bordo e respectivas nomenclaturas de classificação fiscal, entre outros detalhes, consoante estabelecido na IN 800/2007 da SRF.

Nos casos de descumprimento dos prazos fixados pela autoridade aduaneira para apresentação destes dados, retificação intempestiva ou divergência das informações prestadas, o agente marítimo torna-se passível de multas fixadas em R\$ 5.000,00 por infração, nos termos da Lei 10.833 de 2003, o que, por si só, já tem gerado grande impacto negativo em face deste importante segmento que tem acumulado milhões de reais em penalidades do gênero nos últimos anos.

Além disso, o Artigo 76 da Lei 10.833 de 2003 estabelece sanções administrativas de advertência, suspensão e até cassação do registro dos agentes, além das já mencionadas multas pecuniárias. Nas hipóteses de atrasos por mais de 3 vezes, em um único mês, poderá ser aplicada a advertência. Havendo reincidência em conduta já sancionada com advertência, o agente marítimo poderá ser penalizado com suspensão das atividades pelo prazo de até 12 meses. Finalmente, poderá ser imposta a cassação do registro para o exercício da atividade de agente marítimo, caso este tenha acumulado suspensões que, em período de três anos, totalizem mais do que 12 meses.

Recentemente, a questão ganhou contornos ainda mais preocupantes. De forma até então inédita, seis agentes marítimos foram penalizados pela Alfândega do Porto de Santos com sanções administrativas de suspensão das respectivas atividades.

No entanto, muitas vezes as infrações são decorrentes de simples erro humano de digitação, ao passo que, na grande maioria dos casos, a infração cometida sequer carrega potencial de lesão ao controle fiscal e aduaneiro das embarcações e mercadorias circuladas no país ou de lesão aos interesses públicos.

Acrescente-se a isso o fato de que o agente marítimo depende de informações fornecidas por terceiros envolvidos na cadeia de transporte (importadores, exportadores, etc.), para então inserir os dados no sistema – sendo que muitas vezes as recebe com atraso ou divergências, ao passo que os prazos estabelecidos pela autoridade são extremamente exíguos.

Cabe também destacar que o agente marítimo de um navio de contêineres chega a inserir cerca de 10.000 dados no Siscarga em um único mês. Dentro desse universo, a média de registros efetuados com atraso é de apenas 0,004%, o que revela uma quantidade ínfima de infrações no período e demonstra flagrante desproporcionalidade entre a infração cometida e a respectiva penalidade.

Absolutamente, o espírito da lei não é inviabilizar a atividade do agente marítimo, mas apenas e tão somente evitar e reduzir o cometimento de tais infrações, tudo em benefício do controle aduaneiro de mercadorias e navios que circulam no País. No entanto, o agenciamento marítimo encontra-se sob grave ameaça no país, notadamente em razão da forma como estão sendo aplicadas as sanções administrativas. Embora a autoridade aduaneira esteja observando a “letra fria da lei”, penalidades como as recentes suspensões acabam por colocar em risco a continuidade da atividade dos agentes, o que, em última análise, acarreta risco a toda cadeia de logística e transporte marítimo de cargas. No fim do dia, tendo em vista a função essencial dos agentes marítimos como elo imprescindível para o fluxo da nossa corrente de comércio, toda a coletividade e os interesses nacionais estão sendo colocados em risco.

A problemática aqui colocada pode ser resolvida mediante a aplicação rígida do critério de proporcionalidade para imposição excepcional de sanções administrativas de advertência, suspensão e cassação mediante análise prévia da gravidade da conduta, natureza da infração e antecedentes do infrator, conforme estabelecem os parágrafos 4º e 5º-A, do Artigo 76 da Lei 10.833 de 2003.

Definitivamente, algo precisa ser feito nesse sentido e com urgência!

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/06/2021

PORTUÁRIO QUESTIONA FRASCO DE VACINA SEM NOME DO FABRICANTE EM SANTOS: 'TEM QUE MOSTRAR'; VÍDEO

Prefeitura informou que doses são do imunizante de Oxford/AstraZeneca, produzidas no Brasil

Por: ATribuna.com.br



Vacina destinada aos trabalhadores portuários são as da Oxford/AstraZeneca - Foto: Reprodução

Um trabalhador do Porto de Santos questionou a identificação da vacina contra a covid-19 aplicada em Santos. O motivo é que, segundo ele, o rótulo do frasco do imunizante não apresentava o nome do fabricante. O flagrante foi registrado em um vídeo que circula nas redes sociais, mas a Prefeitura esclarece que as doses foram as

enviadas pelo Ministério da Saúde.

A vacina destinada aos trabalhadores portuários são as da Oxford/AstraZeneca. Em Santos, trabalhadores avulsos entre 30 e 59 anos, com registro no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) ou vinculados a terminais portuários devem nesta terça-feira (8) ir ao Santos Convention Center, que fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, na Ponta da Praia.

No vídeo, o profissional de saúde explica que o lote, por ser “diferente”, não conta com o nome Astrazeneca. No frasco, havia apenas a inscrição “vacina covid-19”.

Ao ser questionada pelo trabalhador portuário, a equipe se ofereceu para mostrar outros frascos do imunizante. Porém, uma profissional da saúde informou que as embalagens deste tipo estavam esgotadas.

“Tem que brigar pelo direito, sim. Isto está errado, tem que mostrar o nome”, afirmou o estivador.

O trabalhador, então, questionou que tratava-se de uma “vacina genérica”, mas a equipe explicou que não era o caso. E mostrou caixas fechadas do imunizante. Após ser conduzido para fora da área restrita para funcionários, o portuário aceitou tomar a dose.

Prefeitura

Em nota, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) esclarece que tanto a caixa quanto o frasco exibidos no vídeo são da vacina Oxford/AstraZeneca, produzida pelo laboratório brasileiro Fiocruz, e encaminhada ao Município pelo Ministério da Saúde e Governo do Estado de São Paulo.

“Nas últimas remessas encaminhadas a Santos, foram enviadas vacinas com a tecnologia Oxford/AstraZeneca de dois fabricantes diferentes: da brasileira Fiocruz e da estrangeira Covax Supply. Em ambos os frascos, há a indicação de vacina covid-19 recombinante, que é a tecnologia desenvolvida pela Oxford/AstraZeneca”, explicou a pasta da Saúde.

Segundo a administração municipal, a diferença é que o frasco e caixa da vacina da Covax Supply apresentam a inscrição “Covid-19 Vaccine AstraZeneca recombinant”. Já a da fabricante Fiocruz – o mesmo do frasco e caixa apresentados no vídeo - vêm com frascos identificados com a inscrição “Vacina Covid-19 (recombinante)”, cujas caixas apresentam o logo do fabricante.

“A Prefeitura ressalta que a veiculação de vídeos e informações equivocadas acerca da covid-19 e dos imunizantes contra a doença contribuem para desinformar e confundir a população. Destacamos que os munícipes devem procurar informações oficiais sobre a pandemia e o esquema vacinal nos canais de comunicação dos governos municipal, estadual e federal, e nos veículos de comunicação”

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/06/2021

TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS ENTRE 30 E 35 ANOS VACINAM CONTRA A COVID-19 NESTA TERÇA

Profissionais com mais de 36 anos e que não se vacinaram na semana passada também podem se imunizar; veja locais

Por: Fernanda Balbino

Já são mais de 9,8 mil os trabalhadores do Porto de Santos imunizados contra a covid-19. Nesta terça (8), a vacinação segue para os portuários de 30 a 35 anos e também os que tem 36 anos ou mais e que não se vacinaram na semana anterior. Porém, ainda não há uma definição de quando outras categorias ligadas à atividade portuária serão imunizadas. Tudo depende do repasse de doses pelo Ministério da Saúde.

Em Santos, trabalhadores avulsos com registro no Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo) ou vinculados a terminais portuários devem ir ao Santos Convention Center, que fica na Praça Almirante Gago Coutinho, 29, na Ponta da Praia.

Doses da vacina de Oxford/AstraZeneca, remanescentes da vacinação deste público, serão utilizadas agora para contemplar os trabalhadores de 30 a 35 anos e também os que tem 36 anos ou mais e que não se vacinaram na semana anterior.

Em Guarujá, a imunização também continua. Dos 3 mil portuários aptos a serem vacinados, 2.895 já estão imunizados.

Os trabalhadores que atuam na Margem Esquerda devem ir ao Ginásio de Esportes Guaiabê, na Avenida Santos Dumont, 420, no bairro Santo Antônio. O horário é das 8 às 16 horas. Para quem preferir, a Prefeitura disponibilizou o drive thru, das 9 às 15 horas.

De acordo com a Prefeitura de Cubatão, a vacinação também continua nesta semana. Lá, foram oferecidas 48 doses, mas aqueles que ainda não imunizaram podem procurar o posto de vacinação no Parque Anilinas.

Ele funciona nos dias úteis, das 9 às 15 horas. O endereço é Avenida Nove de Abril, s/nº, no Centro.

Órgãos federais

Na sede da Autoridade Portuária de Santos (APS), a aplicação das doses terá como foco o grupo entre 31 e 35 anos que atua em órgãos federais. Porém, também poderão ser vacinados os listados nas faixas etárias anteriores, de 36 a 59 anos, que não conseguiram se vacinar na semana passada.

As doses são aplicadas pela Prefeitura de Santos. E o horário é das 9 às 15 horas.

Entre os servidores dos órgãos federais estão os da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), da Receita Federal, do Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro).

O que levar

Para se vacinar, o portuário precisa levar documento com foto e CPF. As secretarias municipais de Saúde montaram o esquema de vacinação com base em listas enviadas pela Autoridade Portuária, Ogmo e Sindicato dos Operadores Portuários (Sopesp). Só será vacinado quem estiver com o nome nas listas, que estarão disponíveis nos dois locais de vacinação.

Novas doses

Procurado, o Ministério da Saúde não respondeu aos questionamentos da Reportagem sobre a ampliação da imunização de trabalhadores que atuam no setor portuário contra a covid-19.

Já a pasta de Infraestrutura, que também garantiu a vacinação, mantém o posicionamento de que conversa com o Ministério da Saúde sobre a possibilidade de inclusão dos outros profissionais no Plano Nacional de Operacionalização da Vacina contra a covid-19 (PNO). "Até o momento, o que foi aprovado pelo Ministério da Saúde é a vacinação de portuários".

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/06/2021

EUA PROMETEM APROFUNDAR COOPERAÇÃO PARA O 5G NO BRASIL

Após reunião com ministro das Comunicações, representantes do governo Joe Biden reiteraram interesse na parceria

Os Estados Unidos afirmaram que querem aprofundar a cooperação econômica e de segurança com o Brasil. Representantes do governo Joe Biden se manifestaram após uma reunião realizada nesta segunda-feira (7), com autoridades brasileiras sobre a tecnologia 5G. A comitiva, que está em Washington nesta semana, é liderada pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria.

"Discussão importante hoje com o ministro das Comunicações Fábio Faria sobre a segurança das telecomunicações e o potencial econômico das redes 5G", escreveu no Twitter a secretária-adjunta interina para Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado americano, Julie Chung. "Valorizamos nossa forte parceria com o Brasil e continuaremos a aprofundar nossa cooperação econômica e de segurança", acrescentou.

Também presente na reunião, a diplomata americana Marcia Bernicat afirmou que o Brasil é um parceiro "essencial" na defesa da segurança digital em toda a região. Ela atua no Departamento de Estado como autoridade sênior para assuntos de crescimento econômico, energia e meio ambiente.

"Foi bom me encontrar hoje com Fábio Faria para discutir como os EUA e o Brasil podem trabalhar juntos para garantir conectividade 5G segura no país", escreveu Bernicat no Twitter.

No Twitter, o ministro das Comunicações também mencionou o encontro em Washington. "Reunião com o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos. Discutimos a segurança das cadeias de fornecimento do 5G e iniciativas de estímulo ao Open RAN", escreveu Faria na rede social. No mês passado, ele afirmou que o leilão do 5G no Brasil pode ocorrer ainda no mês de julho deste ano.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/06/2021



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ REALIZARÁ AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE TEMAS DA AGENDA REGULATÓRIA BIÊNIO 2020/2021

Serão três consultas. Interessados podem contribuir a partir de 14 de junho

AANTAQ publicou, nesta terça-feira (8), no Diário Oficial da União, três avisos de audiência pública referentes a temas da Agenda Regulatória Biênio 2020/2021. Trata-se das audiências públicas nos 12, 13, 14/2021. Os interessados em contribuir terão entre os dias 14 de junho e 28 de julho. A seguir, outras informações sobre as audiências:

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 12/2021-ANTAQ

Objetivo: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento do Tema 2.1 da Agenda Regulatória Biênio 2020/2021 - "Aperfeiçoar a regulação dos Acordos Operacionais entre Empresas Brasileiras de Navegação (EBNs) na navegação de cabotagem, com foco nos impactos concorrenciais".

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 13/2021-ANTAQ

Objetivo: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento do Tema 2.2 da Agenda Regulatória Biênio 2020/2021 - "Desenvolver metodologia para determinar abusividade na cobrança de sobre-estadia de contêineres".

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 14/2021-ANTAQ

Objetivo: Obter contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento das propostas de atos normativos relativos ao Tema 1.1 da Agenda Regulatória do biênio 2020/2021, que versa sobre "Simplificar o Estoque Regulatório da Navegação Interior".

As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 23h59 do dia 28 de julho, exclusivamente por meio e na forma do formulário eletrônico disponível em www.gov.br/antaq/pt-br, não sendo aceitas contribuições enviadas por meio diverso. Acesse o box "Participação Social".

A ANTAQ disponibilizará em breve todas as orientações, além das minutas jurídicas e os documentos técnicos relativos a essas três consultas. Caso o interessado não disponha dos recursos necessários para o envio da contribuição por meio do formulário eletrônico, poderá fazê-lo utilizando o computador da Secretaria-Geral (SGE), da Agência, no caso de Brasília/DF, ou nas suas Unidades Regionais, cujos endereços se encontram disponíveis no site da ANTAQ. As contribuições recebidas serão disponibilizadas aos interessados em <https://www.gov.br/antaq/pt-br>.

Saiba mais

Haverá, ainda, audiência pública, na forma presencial ou telepresencial a depender das condições de saúde pública vigentes, em data, horário e local a serem definidos e comunicados oportunamente.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 08/06/2021

ANTAQ REALIZARÁ 502ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DIRETORIA NESTA QUINTA-FEIRA (10)

Os interessados poderão fazer sustentação oral

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ realizará, nesta quinta-feira (10), a partir das 15h, a sua 502ª Reunião Ordinária de Diretoria. A ROD será por videoconferência.

Durante a reunião, será facultada a participação das partes e/ou interessados, em causa própria ou representados por seus procuradores devidamente constituídos, a fim de sustentarem oralmente suas razões.

Vale lembrar que o preenchimento do formulário e envio dos documentos deverão ser feitos com antecedência mínima de 24 horas úteis (horário de Brasília) da reunião na qual o processo está pautado. Solicitações efetuadas após esse prazo não serão consideradas.

Saiba mais sobre os procedimentos para sustentação oral clicando no link: Saiba mais clicando aqui.

Clique aqui para visualizar a pauta da 502ª ROD.

<https://www.youtube.com/watch?v=jFZHMrRB6ac>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antaq.gov.br

Data: 08/06/2021



AGÊNCIA GÂMARA - DF

PROJETO DA CÂMARA AUTORIZA PRESIDENTE DA REPÚBLICA A DECRETAR MOBILIZAÇÃO NACIONAL NA PANDEMIA



Major Vitor Hugo

Na prática, o texto permite que o chefe do Poder Executivo utilize os mesmos instrumentos de ações coordenadas contra agressões estrangeiras para enfrentar pandemias (Imagem: Câmara dos Deputados/Michel Jesus)

O Projeto de Lei 1074/21 autoriza o presidente da República a valer-se do instrumento da Mobilização Nacional também para fazer frente a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de pandemia ou a

catástrofe natural de grandes proporções.

A proposta em tramitação na Câmara dos Deputados altera a Lei da Mobilização Nacional, que atualmente prevê o uso desse instrumento, mediante decreto do Executivo e autorização do Congresso Nacional, apenas em caso de agressão estrangeira.

O projeto também altera a lei vigente para estabelecer que o presidente da República poderá designar o órgão da administração pública responsável pela coordenação dos esforços.

Na prática, o texto permite que o chefe do Poder Executivo utilize os mesmos instrumentos de ações coordenadas contra agressões estrangeiras para enfrentar pandemias e catástrofes naturais, centralizando as decisões no governo federal.

A lei atual, por exemplo, já permite que o Executivo especifique o espaço geográfico do território nacional em que a Mobilização Nacional ocorrerá, prevendo medidas excepcionais, como intervenção nos fatores de produção públicos e privados, requisição e ocupação de bens e serviços e a convocação de civis e militares para ações determinadas pelo governo federal.

“Além das medidas sanitárias já adotadas pelas autoridades competentes, deve o presidente da República, autorizado pelo Congresso Nacional, ter à sua disposição a existência de ferramenta de gestão que o permita coordenar, em nível nacional, os esforços necessários ao suprimento dos bens e serviços indispensáveis ao atendimento da população acometida pela Covid-19”, defende o autor do projeto, deputado Vitor Hugo (PSL-GO).

Tramitação

O projeto será analisado em caráter conclusivo pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

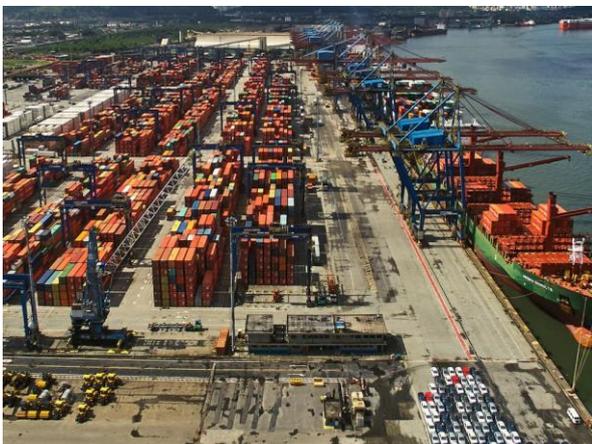
Fonte: Agência Câmara

Data: 08/06/2021



ABOL – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES LOGÍSTICOS

TERMINAL DA SANTOS BRASIL MOVIMENTA 5.245 CONTÊINERES E BATE RECORDE HISTÓRICO



O Tecon Santos, Terminal de Contêineres da Santos Brasil, empresa associada da ABOL, localizado no Porto de Santos, bateu recorde na operação do navio Cap. San Augustin, do armador MSK. Ao todo, foram movimentados 5.245 contêineres em 44 horas, atingindo um MPH de 124,36.

“O Tecon Santos oferece aos seus clientes a maior capacidade instalada para movimentação e armazenagem de contêineres em todo o país, faz isso com altíssima eficiência, e ainda acolhe os picos de demanda de todos os usuários do porto de Santos, sejam eles seus clientes regulares ou não, com a mesma qualidade que o distingue como melhor

operador portuário local”, comenta Danilo Ramos, Diretor Comercial de Operações Portuárias da Santos Brasil.

“É possível fazer uma analogia, do ponto de vista da infraestrutura e disponibilidade de equipamentos, guardadas as devidas diferenças logísticas, entre o Tecon Santos e o aeroporto de Guarulhos, não somente pela grandeza de ambos, mas também pelo fato de serem “hubs” e “gateways” do país, nas suas respectivas operações modais domésticas e internacionais em larga escala”, complementa Danilo.

Fonte: ABOL - Associação Brasileira de Operadores Logísticos

Data: 08/06/2021



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SANTOS PORT AUTHORITY REALIZA PALESTRAS EM COMEMORAÇÃO AO MÊS DA SUSTENTABILIDADE

Informação: Santos Port Authority (8 de junho de 2021)

Dia 05 de junho é o Dia Mundial do Meio Ambiente e Dia 8 de Junho Dia Mundial dos Oceanos. Em comemoração, a Santos Port Authority (SPA), responsável pela infraestrutura pública do Porto de Santos, promove o Mês da Sustentabilidade, com várias palestras online sobre o tema. As apresentações começam nesta terça-feira, dia 8 de junho, a partir das 9h00.

As palestras serão pelo aplicativo Teams. Nesta terça, os temas são “O Pacto Global e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” e “O Relatório de Sustentabilidade como ferramenta de gestão”.

O evento é aberto ao público e não precisa de inscrição prévia. Basta entrar no site e clicar nos links de cada palestra. A página com a programação completa é <http://www.portodesantos.com.br/mesdasustentabilidade/>.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/06/2021

PORTO DO AÇU INVESTE EM TECNOLOGIA PARA SE IGUALAR AOS PRINCIPAIS PORTOS DO MUNDO

Informação: IP News (8 de junho de 2021)

Único porto privado do Brasil e um dos maiores investimentos em infraestrutura no país, o Porto do Açu se prepara para iniciar sua jornada de crescimento digital. A Radix, em colaboração com a HPC Hamburg Port Consulting, o Supply Chain & Logistics Technology Program – University of Houston, e a UTC Overseas, desenvolverá uma visão de 5 a 10 anos para a plataforma tecnológica do Porto e seu ecossistema, com foco na otimização das operações, captação de novos negócios alinhados tecnologicamente e estabelecimento de um plano de governança tecnológica e arquitetura de sistemas.

Para desenvolver o projeto, a Radix vem conduzindo análise completa da estrutura de ativos atual, com levantamento de tecnologias essenciais para a visão de futuro como um Porto Digital.

“A Radix já havia concluído alguns projetos de digitalização para outros portos, como o Porto CSN na cidade de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro, e alguns portos da Vale. Verificamos que a digitalização das várias etapas do processo produtivo permite a análise das tendências de médio e longo prazo, com o objetivo de aumentar a disponibilidade e eficiência do porto. Isso leva a uma melhor tomada de decisão – com base em dados – reagindo mais rapidamente ao mercado e com uma movimentação de carga mais enxuta, confiável e econômica”, diz Luis Alfredo de Almeida Cruz, Gerente de Desenvolvimento de Negócios da Radix.

“Além da digitalização, o ‘smart port’ atende às novas necessidades da indústria, busca parcerias colaborativas para impulsionar a inovação e o crescimento e aplica a proposta de valor do ‘resultado financeiro triplo’, não apenas preparando uma ‘força de trabalho do futuro’, mas de forma mais



importante, atraindo indústrias de conhecimento, como a de alta tecnologia”, comenta Margaret Kidd, Diretora de Programa da Cadeia de Suprimentos e Logística da Universidade de Houston.

“Não se trata de implementar todas as diferentes tecnologias disponíveis. É uma questão de selecionar as corretas que sustentam e agregam valor real ao seu negócio. A visibilidade de ponta a ponta da cadeia de suprimentos, incluindo a última milha, é um dos desafios. A disponibilidade de plataformas de software comuns para os agentes portuários compartilharem informações é outro desafio e faz toda a diferença”, comenta Pablo Bowen, Sócio Senior da HPC Hamburg Port Consulting, que tem 45 anos de experiência na indústria de logística e portos.

Ao fim da jornada de crescimento digital, o Porto do Açú espera gerar maior eficiência, redução no tempo de carga e descarga e conexão de todos os clusters e etapas de produção, como estatísticas de movimentação, disponibilidade, dados de segurança marítima, especificações do cliente e engajamento com todas as partes interessadas no ecossistema. O Masterplan Digital incluirá a proposta de digitalizar as diferentes etapas do processo logístico e atrair novos negócios para o porto produtivo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/06/2021

SUAPE LANÇA SELO “AMIGO DO OCEANO” PARA INCENTIVAR BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NOS TERMINAIS ARRENDATÁRIOS

Informação: Informativo dos Portos (8 de junho de 2021)

Considerando a importância do oceano e do meio marinho para Suape, a Semana do Meio Ambiente do Complexo Industrial Portuário está com programação voltada para o tema ao longo desta semana (de 7 a 11 de junho). Nesta segunda-feira (07), aconteceu o lançamento do selo anual “Amigo do Oceano” com os representantes dos terminais arrendatários do atracadouro. Na terça (8), data em que é comemorado o Dia Mundial dos Oceanos, haverá a palestra “Oceanos, cultura oceânica e o trabalho portuário”, a ser ministrada por Mônica Ferreira, professora e PhD em ciências ambientais pela Universidade do East Anglia, em Norwich, no Reino Unido. O encontro virtual será restrito aos colaboradores da estatal.

Os eventos estão em consonância com a Década dos Oceanos, movimento mundial que tem a finalidade de unir esforços de todos os setores relacionados ao mar para promover a conscientização em busca da preservação do ecossistema marinho, além de criar as condições necessárias ao desenvolvimento sustentável, com o fortalecimento da gestão de oceanos, ilhas e costas em benefício da humanidade.

“O selo digital, com validade de um ano, será concedido aos terminais comprometidos com os cuidados com o ecossistema marinho e estuarino e com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015. É mais uma importante ação para celebrar a Semana do Meio Ambiente e reforçar nosso compromisso de equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação da natureza, incentivando as boas práticas ambientais também entre nossos parceiros”, pontua o diretor-presidente do Porto de Suape, Roberto Gusmão.

No total, serão avaliados 22 critérios que contemplam a gestão ambiental, incluindo o consumo de água e energia e práticas de combate ao lixo no mar. Ao longo desse mês, os terminais serão formalmente convidados pela administração do porto a pleitear a certificação de sustentabilidade de suas operações. O resultado da concessão do selo de 2021 será divulgado em novembro e os terminais terão até agosto para encaminhar a documentação que preencha esses critérios à administração de Suape, localizado no município de Ipojuca, no Grande Recife.

“2021 tem um apelo importante para os oceanos, pois é o ano em que se inicia a Década dos Oceanos. Suape não poderia deixar de chamar a atenção para o tema, já que, como porto que engloba o setor público e privado, navega em direção à preservação, contribuindo para um meio

aquático saudável, resiliente, seguro, sustentável e produtivo”, declara o diretor de Meio Ambiente e Sustentabilidade da estatal portuária, Carlos Cavalcanti.

A palestra “Oceanos, cultura oceânica e o trabalho portuário”, aberta para todos os colaboradores de Suape, também ocorrerá de forma virtual, das 9h às 10h desta terça-feira (8). “O evento representará uma oportunidade para os colaboradores fazerem uma reflexão acerca dos hábitos que podem ser alterados em defesa da sustentabilidade, tanto no trabalho (enquanto portuários), quanto na vida pessoal, no sentido de contribuir para a melhoria da saúde dos oceanos”, salienta a oceanógrafa de Suape Danielle Mallmann. No mesmo dia, eles serão convidados a assinar o termo “Eu cuido do oceano”, se comprometendo a zelar, diariamente, pela proteção do ambiente marinho.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 08/06/2021



COMEX DO BRASIL

EXPORTAÇÕES CRESCEM 94,1% E SUPERÁVIT COMERCIAL SOBE 161% NA PRIMEIRA SEMANA DE JUNHO

Por Equipe Comex do Brasil



Brasília – A balança comercial abriu o mês de junho com alta de 161,6% no superávit, que chegou a US\$ 2,43 bilhões na primeira semana do mês. O resultado foi impulsionado pelo aumento de 94,1% nas exportações, que atingiram US\$ 4,85 bilhões, enquanto as importações subiram 54,5% e totalizaram US\$ 2,42 bilhões. Assim, a corrente de comércio (soma das exportações e importações) alcançou US\$ 7,27 bilhões, subindo 78,8% pela média diária, na comparação com junho de 2020.

Com o aumento no início deste mês, o país ampliou o superávit acumulado do ano para US\$ 29,55 bilhões até a primeira semana de junho – um crescimento de 55,3%, pela média diária, na comparação com o período de janeiro a junho de 2020. A corrente de comércio acumulada de 2021 chega a US\$ 197,42 bilhões, em alta de 29,1%.

O resultado reflete os valores de US\$ 113,49 bilhões em exportações, com aumento de 32%, e de US\$ 83,94 bilhões nas importações, em alta de 25,4%. Os dados foram divulgados nesta segunda-feira (07/06) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia.

Exportações no mês

Nas exportações, comparadas a média diária até a primeira semana deste mês (US\$ 1,615 bilhão) com a de junho de 2020 (US\$ 832,33 milhões), houve crescimento de 94,1%, em razão do aumento nas vendas da Indústria Extrativista (126,6%), da Agropecuária (86,1%) e dos produtos da Indústria de Transformação (86,3%).

Na Indústria Extrativista, o aumento das exportações foi puxado, principalmente, pelo crescimento nas vendas de minério de ferro e seus concentrados (205,3%); minérios de cobre e seus concentrados (162,1%); outros minerais em bruto (175,6%); pedra, areia e cascalho (229,8%) e minérios de alumínio e seus concentrados (4%).

Já em relação à Indústria de Transformação, destaque para o aumento nas vendas de carnes de aves e suas miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas (254,9%); farelos de soja e outros alimentos para animais, excluídos cereais não moídos, farinhas de carnes e outros animais (123,3%); despojos comestíveis de carnes, preparados ou preservados (590,2%); outras carnes

comestíveis salgadas, em salmouras, secas ou defumadas (2.847,1%) e instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores, e suas partes (413,5%).

Entre os produtos agropecuários, a alta das exportações foi impulsionada pelo aumento nas vendas de soja (88,8%); café não torrado (97,7%); algodão em bruto (106,1%); madeira em bruto (1.856%) e frutas e nozes não oleaginosas, frescas ou secas (83,6%).

Importações no mês

Nas importações, a média diária até a primeira semana de junho de 2021 (US\$ 807,4 milhões) ficou 54,5% acima da média de junho do ano passado (US\$ 522,7 milhões). Nesse comparativo, aumentaram, principalmente, as compras da Agropecuária (35,7%) e de produtos da Indústria de Transformação (62%). Por outro lado, diminuíram as compras de produtos da Indústria Extrativista (-14,9%).

Na Indústria de Transformação, o aumento das importações foi puxado pelo crescimento nas compras de óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (312,2%); partes e acessórios dos veículos automotivos (139,9%); adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos (53,9%); válvulas e tubos termiônicos, de cátodo frio ou foto-cátodo, diodos, transistores (62,4%) e cobre (499,5%).

Já na agropecuária, a alta nas importações ocorreu, principalmente, pela compra de cacau em bruto ou torrado (375.659,1%); soja (148,3%); pescado inteiro vivo, morto ou refrigerado (169,9%); látex, borracha natural, balata, guta-percha, guaiúle, chicle e gomas naturais (218,3%) e milho não moído, exceto milho doce (1.539,3%).

(*) Com informações da Secex/Ministério da Economia

Fonte: *Comex do Brasil*

Data: 04/06/2021

ISTOÉ Dinheiro

ISTOÉ - DINHEIRO

ANEEL ABRE CONSULTA SOBRE REGRAS DE LEILÃO PARA FORNECER ENERGIA A PARTIR DE 2026

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 8, a abertura de consulta pública sobre as regras do leilão para fornecer energia elétrica a partir de janeiro de 2026, chamado de "leilão de energia nova A-5". O certame está previsto para ser realizado em 30 de setembro deste ano.

Os documentos ficarão disponíveis para receber contribuições de 10 de junho até 26 de julho.

O leilão é destinado para contratar energia elétrica a partir de fontes hidrelétricas, eólica, solar fotovoltaica e térmicas a biomassa, a gás natural, carvão mineral e de recuperação energética de lixo urbano. Poderão concorrer todos os empreendimentos qualificados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Os prazos de suprimento variam de acordo com a fonte. Os contratos por quantidade serão de 25 anos para empreendimentos hidrelétricos e de 15 anos para projetos de fontes eólica e solar. A contratação na modalidade por disponibilidade valerá para usinas termelétricas, com prazo de suprimento de 20 anos.

O relator do processo, diretor Hélio Neves Guerra, ressaltou a participação de projetos de geração a partir de lixo. "A destinação do lixo é de fundamental relevância. Além da geração de energia, aqui se

dá um tratamento dos resíduos sólidos urbanos, o que contribui para o meio ambiente, para saúde pública, para destinação adequada do lixo, para saneamento”, afirmou.

O certame seria realizado no mesmo dia que o leilão denominado “A-6”. A rodada, no entanto, foi cancelada após o governo indicar a intenção de realizar a contratação de usinas para aumentar a segurança do sistema elétrico em um leilão de reserva de capacidade em dezembro.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 08/06/2021

ALTA DE 1,8% NO VAREJO EM ABRIL É MAIOR RESULTADO PARA O MÊS DESDE 2000, DIZ IBGE

A alta de 1,8% nas vendas do comércio varejista em abril ante março foi a mais acentuada para este período do ano dentro da série histórica da Pesquisa Mensal de Comércio, iniciada em 2000, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na comparação com abril de 2020, o varejo também registrou um avanço recorde de 23,8%.

O varejo ampliado também teve o maior aumento de vendas da série, com alta de 41,0%.

“Em relação a abril de 2020 a gente vai ter patamar mais pronunciado (de alta nas vendas) por causa da base de comparação baixa”, ponderou Cristiano Santos, gerente da Pesquisa Mensal de Comércio no IBGE.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 08/06/2021

CÂMARA ANALISA MUDANÇA EM REGRA DE LEILÕES VIRTUAIS

Uma mudança proposta pelo deputado Alexis Fonteyne (Novo-SP) no mercado de leilões tem provocado uma disputa nos bastidores em Brasília. Atualmente, qualquer leilão precisa da presença de um leiloeiro oficial para ser realizado. O que o deputado propõe é acabar com essa exigência nos eventos virtuais, que poderiam ocorrer 24 horas por dia, sem restrição. Os atuais leiloeiros são contra a mudança. Dizem que pode trazer um desequilíbrio para o setor, aumentando as fraudes.

A mudança está prevista em uma emenda sugerida para ser incluída na Medida Provisória (MP) 1040, que trata de mudanças no ambiente de negócios. Na próxima semana, o deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), relator da MP, vai decidir se acata o pedido para inclusão da emenda ou se a mudança será tratada de forma independente. “Quero concluir esse processo na terça-feira (hoje) e entregar o relatório para que seja votado em julho”, diz o deputado. Segundo ele, não há consenso ainda do que será decidido.

Para os leiloeiros tradicionais, a emenda acaba com a profissão, ao revogar a exigência de um profissional para a realização do leilão. “Hoje já temos os problemas de fraudes. O que querem é legalizar esse tipo de leilão falso”, diz o ex-senador Luiz Fernando Santoro, da Sodrê Santoro Leilões. De acordo com os leiloeiros, essa mudança interessa às empresas estrangeiras, que vêm tentando entrar nesse mercado no Brasil.

Santoro conta que a Associação Nacional dos Leiloeiros Judiciais (ANJL) enviou um relatório para o deputado Bertaiolli alertando sobre os prejuízos que a entidade prevê. No documento, ao qual o Estadão teve acesso, a associação afirma que a emenda é dissociada do objetivo proposto pela MP 1040/21.

Além disso, diz que a proposta fere diretamente a lei de regência da profissão (Decreto 21.981/32) e cria “a famigerada espécie do ‘leiloeiro livre’, sem controle pelo Estado, propiciando, com isso, ambiente para fraudes”.

Outro argumento é que a mudança é contrária à orientação do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que “reconheceu a atividade da leiloaria como exclusiva de leiloeiros oficiais, pessoa física, que atenda aos requisitos impostos pelo Decreto 21.981/32 e estejam devidamente habilitadas perante as Juntas Comerciais”.

O deputado Bertaiolli diz, no entanto, que o Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (Drei), ligado ao Ministério da Economia, é favorável a que se adote a medida agora. O órgão seria o responsável por regulamentar a matéria logo após a aprovação no Congresso Nacional.

Em nota, o Drei afirmou que a emenda representa um grande avanço para a melhoria do ambiente de negócios e para a competitividade. A justificativa do departamento do Ministério da Economia é que a alteração está de acordo com o processo de modernização do Estado, que tem o objetivo de oferecer aos cidadãos a prestação de serviços pelos meios digitais, de modo a reduzir tempo, custo e burocracia.

Segundo o departamento, a proposta representa uma importante modernização da profissão, já que suprime limitações instituídas para dificultar o acesso a determinada categoria profissional, mediante restrição exclusivamente corporativista do mercado de trabalho. “A história vem nos mostrando que algumas profissões, com o passar do tempo e do advento de novas tecnologias, podem ser alteradas ou até mesmo deixar de existir simplesmente pelo fato de não serem mais necessárias.”

Santoro discorda do Drei sobre as limitações para entrada de profissional na área. Segundo ele, qualquer pessoa que queira pode se tornar um leiloeiro. “Basta ir à Junta Comercial, se inscrever e você se torna um leiloeiro. É claro que é preciso ter uma reputação ilibada e não ter nenhuma execução no nome.” Segundo ele, essa emenda é um golpe contra a categoria, que hoje conta com cerca de 3 mil leiloeiros, sendo que um terço fica em São Paulo.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 08/06/2021

APÓS REUNIÃO COM FÁBIO FARIA SOBRE 5G, EUA PROMETEM APROFUNDAR COOPERAÇÃO

Os Estados Unidos afirmaram que querem aprofundar a cooperação econômica e de segurança com o Brasil. Representantes do governo Joe Biden se manifestaram após uma reunião realizada nesta segunda-feira, 7, com autoridades brasileiras sobre a tecnologia 5G. A comitiva, que está em Washington nesta semana, é liderada pelo ministro das Comunicações, Fábio Faria.

“Discussão importante hoje com o ministro das Comunicações @fabiofaria sobre a segurança das telecomunicações e o potencial econômico das redes 5G”, escreveu no Twitter a secretária-adjunta interina para Hemisfério Ocidental do Departamento de Estado americano, Julie Chung. “Valorizamos nossa forte parceria com o Brasil e continuaremos a aprofundar nossa cooperação econômica e de segurança”, acrescentou.

Também presente na reunião, a diplomata americana Marcia Bernicat afirmou que o Brasil é um parceiro “essencial” na defesa da segurança digital em toda a região. Ela atua no Departamento de Estado como autoridade sênior para assuntos de crescimento econômico, energia e meio ambiente.

“Foi bom me encontrar hoje com @fabiofaria para discutir como os EUA e o Brasil podem trabalhar juntos para garantir conectividade 5G segura no país”, escreveu Bernicat no Twitter.

Em uma foto da reunião publicada na rede social por Julie Chung, aparecem os senadores Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Ciro Nogueira (PP-PI), além de Fábio Faria.

No Twitter, o ministro das Comunicações também mencionou o encontro em Washington. “Reunião com o Departamento de Segurança Interna dos Estados Unidos. Discutimos a segurança das cadeias de fornecimento do #5G e iniciativas de estímulo ao Open RAN”, escreveu Faria na rede

social. No mês passado, ele afirmou que o leilão do 5G no Brasil pode ocorrer ainda no mês de julho deste ano.

Recentemente, Julie Chung fez parte da primeira comitiva do governo Biden à América do Sul. Ela viajou à região ao lado de Juan Gonzalez, diretor sênior para assuntos do Hemisfério Ocidental no Conselho de Segurança Nacional dos EUA. Os enviados do presidente americano visitaram Colômbia, Argentina e Uruguai, onde se reuniram com autoridades locais. O Brasil ficou de fora do itinerário, realizado entre os dias 12 e 16 de abril.

A viagem ocorreu às vésperas da Cúpula do Clima, evento virtual organizado pela Casa Branca do qual participou o presidente Jair Bolsonaro. Naquela semana, os EUA cobraram do governo brasileiro uma posição “clara” contra o desmatamento ilegal no País.

Fonte: IstoÉ- Dinheiro

Data: 08/06/2021

MONEYTIMES

MONEYTIMES

GOVERNO APOIA NOVO TEXTO DA MP DA ELETROBRAS E VÊ PROBLEMAS SUPERADOS, DIZ SECRETÁRIO

Por Reuters

O governo está alinhado à proposta de privatização da Eletrobras (ELET3) aprovada recentemente na Câmara, embora técnicos e associações do setor de energia tenham criticado mudanças feitas na matéria pelos deputados, disse nesta terça-feira o secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Diogo Mac Cord.

Durante evento transmitido online pelo Bradesco BBI, o secretário rebateu acusações de que as alterações na MP poderão levar a custos maiores para os consumidores e disse que falhas identificadas no projeto já foram corrigidas.

“Uma primeira versão do substituto (à MP) tinha problemas graves. Todos eles, sem exceção, foram superados”, afirmou.

“A gente tem visto nas últimas semanas, infelizmente, uma enxurrada de números aleatórios e, com toda sinceridade, sem pé nem cabeça”, acrescentou ele, ao comentar críticas à MP.

O secretário defendeu que a privatização da Eletrobras é “importante para o Brasil, para a agenda econômica e para a agenda liberal” do governo.

Fonte: Moneytimes

Data: 08/06/2021

RUMO APRESENTA À CVM REGISTRO DA OFERTA DE R\$ 1 BILHÃO EM DEBÊNTURES

Por Lucas Simões



O público-alvo da oferta de debêntures da Rumo compreende tanto investidores institucionais — fundos de investimento, clubes de investimentos e afins —, quanto investidores não institucionais — pessoas físicas ou jurídicas (Imagem: Reprodução/Rumo Logística/Facebook)

A Rumo (RAIL3) apresentou, no dia 7 de junho, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro da oferta de 1 milhão de

debêntures da companhia, com valor nominal unitário de mil reais cada, que devem levantar o montante de R\$ 1 bilhão, conforme aviso ao mercado.

Segundo a Rumo, o público-alvo da 16ª emissão de debêntures compreende tanto investidores institucionais (definidos como investidores que sejam fundos de investimento, clubes de investimento e afins), quanto investidores não institucionais (pessoas físicas ou jurídicas).

A data de emissão de debêntures será 15 de junho de 2021, segundo o documento divulgado.

Os investidores podem solicitar ordens de reserva das debêntures da Rumo a uma instituição financeira participante da oferta, entre 14 a 24 de junho de 2021. No caso dos investidores não institucionais, o valor máximo de aquisição é de R\$ 1 milhão.

→ US\$ 10 bilhões em 24h foi o volume recorde negociado neste setor cripto em maio. Veja como se posicionar agora.

A Rumo engajou a XP Investimentos como o coordenador líder de sua 16ª emissão de debêntures, além da presença das seguintes instituições financeiras: Bradesco BBI, BTG Pactual (BPAC11), Itaú BBA, Santander Brasil (SANB11) e UBS BB.

Conforme o cronograma estimado pela Rumo, a data de início da negociação das debêntures na B3 (B3SA3) acontece no dia 7 de julho de 2021.

Como divulgado anteriormente, a 16ª emissão de debêntures da Rumo será dividida em duas séries:

- i) os juros remuneratórios relativos à primeira série serão limitados a 0,45% por ano, acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 2030 ou de 4,45% ao ano; e
- ii) a remuneração correspondente a segunda série de debêntures será de 0,50% ao ano, acrescidos exponencialmente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, com vencimento em 2035 ou 4,60% ao ano.

A data de vencimento da primeira série acontece em 15 de junho de 2031, e a data referente à segunda série ocorre em 15 de junho de 2036.

Os recursos angariados com a oferta (R\$ 1 bilhão) serão destinados à controlada Rumo Malha Paulista para a realização de investimentos, incluindo reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas ao Projeto de Investimento.

Fonte: Moneytimes
Data: 08/06/2021

É RAZOÁVEL QUE O DINHEIRO COMECE A FLUIR NOVAMENTE PARA O BRASIL, DIZ CAMPOS NETO

Por Reuters



Roberto Campos Neto

A valorização do real está relacionada a notícias favoráveis sobre crescimento e no campo fiscal, disse nesta terça-feira o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (Imagem: REUTERS/Adriano Machado)

A recente valorização do real está relacionada a notícias favoráveis sobre crescimento e no campo fiscal, disse nesta terça-feira o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, acrescentando que considera “razoável” que os

fluxos financeiros voltem a fluir para o país.

“Ao fim, o dinheiro está buscando crescimento com estabilidade fiscal. Mais recentemente nós tivemos notícias melhores sobre crescimento e notícias melhores sobre o fiscal, então é apenas razoável que esse dinheiro comece a fluir novamente para o Brasil”, disse Campos Neto em evento virtual do banco JPMorgan.

Ele afirmou que o câmbio também pode estar sendo impactado por uma perspectiva de fortalecimento dos fluxos comerciais, frisando que o Brasil tende a ser “enormemente” beneficiado por uma mudança estrutural no consumo de alimentos no mundo.

Fonte: Moneytimes

Data: 08/06/2021



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

CÂMARA VAI OUVIR BENTO ALBUQUERQUE SOBRE CRISE HÍDRICA

Comissão de Minas e Energia aprovou requerimentos nesta terça (8)

Por Larissa Fafá - 8 de junho de 2021 - Em Congresso, Política energética, Setor elétrico

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, será ouvido na Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados sobre a crise hídrica, os riscos de racionamento de energia e as medidas que vêm sendo tomadas pelo governo federal.

Os requerimentos de audiência foram aprovados nesta terça (8).

A reunião, prevista para a próxima semana, deve contar com a presença de Albuquerque e representantes de órgãos envolvidos com o tema, como Aneel, Agência Nacional de Águas (ANA), Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

Para Christino Áureo (PP/RJ), autor de um dos requerimentos, o debate será uma forma de colaborar com o planejamento energético e evitar “aumento do endividamento dos setores de comércio e indústria, já tão abalados”.

O mesmo tom é adotado por Danilo Forte (PSDB/CE), também autor de um dos pedidos, que alerta para o perigo ainda existente de blecautes e racionamentos nos próximos meses de seca.

Já Carlos Zarattini (PT/SP) diz que há indícios de falha de planejamento e coordenação por parte do governo federal que se assemelham à crise de fornecimento de energia em 2001.

“As autoridades do setor se dizem surpreendidas pela gravidade da situação, e apontam quadros de escassez hídrica como as responsáveis pelo colapso que se avizinha. No entanto, até poucos meses atrás, o governo federal afirmava que o sistema elétrico brasileiro estava preparado para enfrentar qualquer crise”, justificou em seu pedido.

Nas últimas semanas, o ministro Bento Albuquerque tem reiterado que não há previsão de racionamento de energia e que as ações adotadas pelo governo darão conta de atravessar a crise hídrica sem blecautes.

“Todos os nossos modelos, nossos acompanhamentos indicam que não há risco de racionamento, de apagão, no ano de 2021”, afirmou em entrevista ao jornal O Globo no final do mês passado.

Posteriormente, admitiu também que a pasta estuda medidas de amenizar o impacto na conta de luz com o acionamento de térmicas mais caras.

Governo autoriza acionamento de térmicas sem contrato

Na segunda (7), o governo autorizou, em caráter excepcional, condições regulatórias diferentes para permitir o acionamento de usinas termelétricas sem contrato por um período de até seis meses, com possibilidade de prorrogação.

A iniciativa faz parte da principal medida adotada pelo Executivo para aliviar o uso dos reservatórios de hidrelétricas e garantir ainda assim o suprimento de energia.

Permite que térmicas a gás, carvão e óleo diesel incluam seus custos fixos na receita que têm direito a receber quando são acionadas e abre caminho para os despachos fora da ordem de mérito.

Além disso, o governo decidiu flexibilizar as restrições hidráulicas nas usinas hidrelétricas da bacia dos rios Paraná e Grande para garantir a preservação do uso da água em períodos de maior estiagem.

A região da bacia do Paraná está em emergência hídrica emitida pelo Sistema Nacional de Meteorologia (SNM) e reconhecida também pela ANA, como situação “crítica de escassez hídrica”.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 08/06/2021

GOVERNO CORRE CONTRA O TEMPO PARA APROVAR MP DA ELETROBRAS, MAS ENCONTRA RESISTÊNCIA NO SENADO

Por epbr - 8 de junho de 2021 - Em Comece seu Dia, Newsletter

Contato da redação

epbr@epbr.com.br

em jogo

O governo tenta encontrar espaço para votar a MP da Eletrobras esta semana, mas enfrenta a resistência de senadores chamados “independentes”, em decorrência do impacto da privatização nas tarifas de energia. Além, claro, da oposição.

— O setor elétrico vem se posicionando contra a MP, após a inclusão da contratação das térmicas a gás natural no relatório aprovado na Câmara. Os “jabutis”, a crise hídrica e o inevitável aumento das tarifas de energia no curto prazo vêm dando força ao discurso da oposição, de que a operação é descabida.

O governo segue confiante. Arthur Lira (PP/AL), da Câmara, afirmou que a tramitação da MP da Eletrobras está dentro do “script”, mesmo que ocorra na próxima semana. Ele sinaliza que haverá tempo hábil para nova votação, após alterações no Senado – que são esperadas.

— Esta semana, contudo, a CPI da Pandemia recebe o governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), o que pode dividir as atenções na quinta (10). O estado sofreu com o colapso do sistema de saúde e mortes provocadas pela falta de oxigênio.

— O relator da MP 1031, Marcos Rogério (DEM/RO), e Ciro Nogueira (PP/PI), que também atua na aprovação da medida provisória, fazem parte da “tropa de choque” de defesa do governo federal na CPI.

— Se passar no Senado com alterações, a MP 1031 volta à Câmara, onde foi aprovada com 313 votos. Não à toa, a estratégia da oposição é deixar o texto caducar no dia 22 de junho.

Mercado desconfia. A valorização expressiva das ações da Eletrobras este ano, superior a 30%, já estimula a venda de papéis (e a realização dos lucros obtidos até aqui).

MP é inconstitucional, afirma Elena Landau. Defensora da privatização, a advogada e economista Elena Landau afirma torcer “com todas as forças” para a MP caducar, diante de sua avaliação de que a venda da Eletrobras pode ser uma das piores privatizações da História.

— Elena entende que a proposta, além de tudo, é inconstitucional, porque não atende aos requisitos de urgência e relevância para edição de uma medida provisória. Questão foi levada ao STF pela oposição, mas não prosperou.

Concentração de mercado. Além dos impactos na tarifa de energia elétrica, que vem movimentando a discussão em torno da MP da Eletrobras, há uma preocupação sobre a concentração do mercado de geração que ficará sob controle da empresa após sua privatização.

— “O risco de abuso do poder de mercado é gigantesco”, avalia Claudio Sales, presidente-executivo do Instituto Acende Brasil.

A Justiça Federal do Rio derrubou uma das licitações abertas pela Eletrobras para contratar consultoria para a privatização. A ação popular foi movida por representantes do Coletivo Nacional dos Eletricitários, ligado à Federação Nacional dos Urbanitários/CUT. O escritório Advocacia Garcez representa os trabalhadores.

— A decisão do TRF-2 é liminar e acatou o argumento de que as despesas paralelas do BNDES e da Eletrobras com a contratação de consultores para a privatização – antes da conversão da medida provisória em lei – “ofende o princípio da economicidade e eficiência” da Administração Pública. A concorrência estava marcada para quinta (10).

— O trabalho paralelo havia sido detalhado pelo governo recentemente. O BNDES contrata serviços para a modelagem da oferta de ações e auditoria; a Eletrobras, consultorias para reestruturação societária, por exemplo, dos ativos que não serão privatizados – Eletronuclear e 50% de Itaipu Binacional

Os preços do Brent recuaram para US\$ 71,49 (-0,63%) na segunda (7), após renovarem a máxima e atingirem US\$ 72,27 por barril. O WTI negociado nos EUA recuou para US\$ 69,23 (-0,70%). Dia morno nos mercados internacionais, de realização dos lucros recentes.

Margem para mais termelétricas. Portaria do MME autoriza a inclusão de custos fixos para remuneração de termelétricas com energia disponível para atender aos despachos do Operador Nacional do Sistema (ONS).

— É mais uma medida para ampliar as opções de suprimento de energia elétrica durante a crise hídrica. Portaria (veja a íntegra) autoriza a inclusão dos valores ao Custo Variável Unitário (CVU) das usinas por um período máximo de seis meses.

— CVU é o valor da energia em R\$ por MWh que cobre todos os custos da operação das usinas. O despacho fora da ordem do mérito, isto é, independente do preço, precisa ser autorizado pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE).

Importação de gás. Petrobras negocia aditivo ao contrato de importação de gás natural da Bolívia com a YPFB, como parte das medidas para garantir a entrega do combustível, especialmente durante o período de manutenção da plataforma de Mexilhão, por 30 dias, a partir de 15 de agosto.

— Segundo informações publicadas pelo MegaWhat, uma preocupação é a capacidade de suprimento da YPFB. Além de restrições na capacidade de produção, o Brasil concorre nesta época do ano com a demanda do inverno argentino.

— A capacidade de importação do Gasbol é de 30 milhões de m³/dia, e a ocupação máxima nas três primeiras semanas de maio foi de 21 milhões de m³/dia – importação média de 17 milhões de m³/dia.

GNL. Até março, a Petrobras já estava importando 19 milhões de m³/dia de GNL. Foi feita uma ampliação de capacidade com a reativação do terminal da Bahia (14 milhões de m³/dia), que estava sem navio regaseificador no ano passado. Com Bahia e Pecém, podem ser importados até 67 milhões de m³/dia.

Braskem. Com o avanço dos trabalhos da Novonor (Odebrecht) para vender sua participação de 38,4% na Braskem, a Petrobras avalia exercer uma opção de venda conjunta (tag along) da sua parcela de 36,15%. Não dá decisão final da petroleira, contudo, sobre a liquidação do ativo. Valor

Raízen pretende comprar a divisão de lubrificantes da Shell no Brasil – planta de mistura no Rio de Janeiro e base em Duque de Caxias, além da cadeia de distribuição e respectivos contratos. Negócio precisa passar pelo Cade.

— A Raízen, de distribuição de combustíveis, etanol e energia, é uma joint-venture 50%-50% entre Shell e Cosan. O acordo para transferência dos negócios de lubrificantes ocorre após o vencimento de um contrato de exclusividade de dez anos com a Shell.

A PPSA lançou o e-book Entendendo os Acordos de Individualização da Produção, para responder às principais dúvidas sobre os AIPs, solução usada na indústria de óleo para lidar com campos que se estendem além dos limites dos contratos. O livro é de autoria de Ricardo Loureiro, gerente Executivo de Contratos, e de Claudio Kuyven, coordenador de Gestão de Contratos, ambos da PPSA.

*Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 08/06/2021*

AS TARIFAS DE ENERGIA NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

Artigo por Flávia Lis Pederneiras, especialista em regulação na Aneel, que trabalha com Estrutura Tarifária do setor de Distribuição na Superintendência de Gestão Tarifária.

Por epbr - 8 de junho de 2021 - Em Colunas e opinião, Sim, elas existem

Os contratos de concessão do setor de distribuição de energia elétrica foram firmados na década de 90, em um contexto de mercado com muito potencial de crescimento e necessidade expressa de universalização do acesso à energia elétrica. Portanto, o regime de regulação pelo preço utilizado nesses contratos, juntamente com tarifas exclusivamente volumétricas para o grupo de baixa tensão (onde a fatura depende apenas do volume de energia consumido, sem nenhuma parte fixa) representou um modelo atrativo para a remuneração das distribuidoras.

Porém, atualmente vivemos um período de transformações tecnológicas no setor elétrico. Geração Distribuída (que se destaca com os painéis fotovoltaicos), e as demais tecnologias que se avizinham, como os veículos elétricos e outras formas de armazenamento de energia, microrredes e medidores inteligentes, transformam as possibilidades de se usar a rede da distribuidora por parte dos usuários e até mesmo o papel desse prestador de serviço essencial.

Ainda, a comunicação digital facilitada aumenta o leque de opções para gerenciamento da demanda, importante frente face ao aumento da participação de fontes intermitentes de energia na matriz energética, como a eólica e a solar. Observamos, também, ao amadurecimento do mercado de algumas distribuidoras no país, onde a taxa de crescimento do consumo é reduzida devido tanto a uma já efetiva universalização do serviço na área de concessão, quanto a utilização de equipamentos mais eficientes nas residências. Esse cenário, que se junta a outros tópicos, mostra a necessidade da chamada Modernização do Setor Elétrico. E em relação às tarifas, é natural e necessário que elas também evoluam.

Hoje, no Brasil, os consumidores conectados na média e na alta tensão utilizam uma tarifa binômica, ou seja, em duas partes, uma representando os custos fixos do sistema e outra, os variáveis, e com distinção horária. São consumidores de maior volume o que torna mais fácil a identificação desses custos fixos. São também consumidores bem menos numerosos que os de baixa tensão e isso facilita a adoção de medidores mais sofisticados e caros que meçam a demanda e a energia de forma horária. Ainda, em geral, são consumidores que suportam uma complexidade maior em seu faturamento.

Os consumidores de baixa tensão, por sua vez, recebem ainda as tarifas monômicas volumétricas, em sua grande maioria, sem distinção horária. Antes de tudo, é importante destacar que este modelo de tarifação tem como vantagens a simplicidade e o baixo custo de aplicação. É um modelo que o consumidor conhece e sabe como funciona.

Porém, a tarifa totalmente volumétrica e sem distinção horária, que funcionou bem até aqui, começa a apresentar um desajuste no seu objetivo de representar os custos de uso do sistema e no de trazer sustentabilidade financeira às concessões. As novas formas de utilização do sistema ensejam por maior granularidade temporal e novas variáveis no faturamento e isso precisa ser refletidos na tarifa. Já a questão da sustentabilidade financeira das concessões está relacionada com o modelo de remuneração baseado em tarifas que dependiam exclusivamente do volume consumido, e esse volume não aumenta mais da mesma forma.

Por esses motivos, em países de mercados mais maduros e evoluídos, ocorre um movimento de ajustar o modelo tarifário para as novas demandas frutos do avanço tecnológico. Mesmo que em muitos deles já seja utilizada uma componente fixa na tarifa de Baixa Tensão, há o anseio por maiores evoluções nas tarifas.

Por aqui, alguns aprimoramentos ocorreram ao longo dos últimos anos, realizados pela Aneel. Dentre eles, as Bandeiras Tarifárias, que, desde 2015, sinalizam mensalmente para o consumidor cativo – por meio das cores verde, amarela e vermelha – se haverá ou não acréscimo no valor das tarifas, em função das condições de geração de eletricidade.

Outro aprimoramento, é a Tarifa Branca, que vem sendo aplicada gradualmente desde o início do ano de 2018, de forma opcional, para os consumidores de baixa tensão. Essa modalidade tarifária, apesar de também ser uma tarifa volumétrica, tem distinção horária – ponta, intermediária e fora ponta – e representa, porém, apenas 0,07% dos consumidores elegíveis. Essa baixa adesão dos consumidores é dada pela opcionalidade da modalidade e o baixo incentivo para alteração dos padrões de consumo.

Em 2018, a Aneel realizou uma Tomada de Subsídios para colher a percepção do setor sobre as alterações no modelo tarifário, e publicou o Relatório de Análise de Impacto Regulatório nº 02/2018-SGT/SRM/ANEEL apresentando diversas alternativas para a implantação de tarifas binômicas para os consumidores de baixa tensão. A mudança objeto dessa discussão com a sociedade ainda encontra alguns desafios, pois é estrutural, de grande impacto e afeta outras questões regulatórias. Trata-se de um processo sensível, por impactar um número muito grande de consumidores. A baixa tensão corresponde a 89% das unidades consumidoras do Brasil (mais de 70 milhões de consumidores), que representam quase metade do consumo de energia elétrica do país. Considera-se que a comunicação com a sociedade será fundamental para o sucesso de uma modificação na estrutura tarifária dessa natureza.

Vale ressaltar que alguns desafios ainda maiores cruzam o caminho desse processo. O primeiro deles é definir a forma de aferição de eventual componente de demanda ou da energia horária. Os medidores atuais não possuem capacidade de registro de demanda nem de consumo horário e a troca de todos os medidores seria uma opção com custos elevados. Ainda que haja a substituição gradual dos medidores, em consequência da abertura do mercado, para o grupo de baixa tensão, como resultado de ações voltadas para a implantação de redes inteligentes, ou como decorrência da opção do consumidor pela Tarifa Branca ou pela geração distribuída, a substituição dos medidores de todas as unidades consumidoras não seria uma opção viável no curto prazo.

Há outras questões que se destacam nas discussões. Uma, defendida por algumas distribuidoras, se refere a um possível impacto da mudança da estrutura tarifária no equilíbrio econômico-financeiro das concessões. Isso porque uma componente de tarifa fixa reduziria os riscos da distribuidora associados à variação do consumo de energia. Esse risco, hoje, é a base do modelo de negócio das distribuidoras e, áreas de concessão com mercados ainda em forte expansão se beneficiam dele. Isto, pois o Brasil possui áreas de concessão de realidades muito distintas.

Outra questão está associada à geração distribuída. A tarifa monômnia em conjunto com o Sistema de Compensação de Energia Elétrica resultam em benefícios para os consumidores que implantaram micro e minigeração distribuída. Isso porque, como o Sistema de Compensação é baseado no faturamento líquido da energia, dependendo do volume de geração, componentes tarifários não relacionados à energia, como os custos da rede elétrica, acabam não sendo cobrados dos prosumidores. Por isso, hoje há grande resistência desse grupo à implantação de uma tarifa binômnia, uma vez que ela tende a reduzir a atratividade dos investimentos em micro e minigeração distribuída.

Nesse cenário de grande velocidade no desenvolvimento de tecnologias, a estrutura tarifária deve ser neutra em relação às mesmas, sem criar barreiras nem incentivos. Em suma, há eixos de discussões que perpassam pela questão da modernização das tarifas, além do próprio desenho tarifário, como a questão dos medidores inteligentes, regime tarifário e abertura do mercado para a Baixa Tensão. Os caminhos possíveis ainda estão em estudo pela Agência, que deve alocar as soluções de acordo com o impacto e risco nos horizontes de tempo adequados.

Por fim, importante frisar que a comunicação, citada como elemento para sucesso da mudança da estrutura tarifária, também é relevante em uma etapa anterior, a de convencimento e tomada de decisão, momento no qual se encontra essa discussão. Para os que não participam diretamente das conversas há impressão de estagnação do processo, contudo, alterações estruturais como na tarifa, elo vital de todo o setor elétrico brasileiro, precisam ser realizadas com convicção e baixíssima probabilidade de insucesso.

Flávia Lis Pederneiras é engenheira eletricista formada pela UFRJ, mestre em Planejamento Energético pelo PPE/COPPE. Especialista em Regulação na Aneel, trabalha com Estrutura Tarifária do setor de Distribuição na Superintendência de Gestão Tarifária.

A agência epbr e o “Sim, elas existem” não se responsabilizam pela veracidade e opiniões apresentadas nos artigos que são de inteira responsabilidade de suas autoras

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 08/06/2021

CONCENTRAÇÃO DE MERCADO DA ELETROBRAS PRIVATIZADA PREOCUPA AGENTES

Por epbr - 7 de junho de 2021 - Em Congresso, Mercado de gás, Setor elétrico

Além dos impactos na tarifa de energia elétrica, que vem movimentando a discussão em torno da MP da Eletrobras, há uma preocupação sobre a concentração do mercado de geração que ficará sob controle da empresa depois da privatização.

Se o plano do governo federal for bem-sucedido, a MP 1031 será aprovada em duas semanas no Congresso Nacional e a oferta de ações que levará à perda de controle da União está programada para o 1º trimestre de 2022. Texto está no Senado Federal.

“O risco de abuso do poder de mercado é gigantesco”, avalia Claudio Sales, presidente-executivo do Acende Brasil.

“O mínimo que poderia se esperar é que um projeto como esse fixasse um prazo, em parceria com o CADE de algum jeito, para que houvesse o desinvestimento em algumas [usinas]”, afirma.

O Instituto Acende Brasil produz estudos e presta serviços de consultoria para diversos agentes do setor elétrico, incluindo a própria Eletrobras.

“(…) A Eletrobras privada e [futura] dona da maior parte dos reservatórios de acumulação no Brasil, concentrando isso em uma única mão, praticamente inviabiliza um ambiente de competição adequado”, completa.

A Eletrobras chegou a suprir 40% da energia elétrica consumida no Brasil em alguns meses de 2020.

Elena Landau, por sua vez, reforça que todo o projeto é ruim e ficou pior depois da aprovação na Câmara dos Deputados.

Para a economista faltavam estudos para embasar a MP 1031 original, que já previa a criação de políticas públicas com recursos da capitalização para facilitar sua aprovação no Congresso Nacional – modelo que ela é contra.

“O governo não está preocupado com a qualidade da privatização. Está preocupado em tirar a foto com o martelo”, afirmou Elena Landau.

O martelo é aquele batido na B3, a bolsa de valores de São Paulo, após a conclusão de leilões de privatização e da oferta de ações, como é o plano para a Eletrobras.

Elena foi presidente do conselho da Eletrobras e diretora de privatizações do BNDES no governo FHC. Participou ao lado de Salles de uma transmissão do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), nesta segunda (7).

Números da Eletrobras

- A estatal encerrou 2020 com 51 GW de potência instalada no Brasil, o que representa 29% da capacidade brasileira;
- Inclui as usinas nucleares Angra 1 e 2 (2 GW) e 50% de Itaipu (7 GW), que não serão privatizadas;
- Mais de 90% da capacidade total da estatal está em usinas hidrelétricas. Excluindo Itaipu, são cerca de 40 GW de potência;
- Quase dois terços da capacidade da Eletrobras (61%) está em usinas de propriedade integral; 23% em SPEs e 16% em propriedade compartilhada, incluindo Itaipu Binacional

Complexidade da MP da Eletrobras eleva risco de judicialização

“Eu já não gostava do projeto de lei. Quando a MP entrou, eu torci para caducar antes dos ‘jabutis’ colocados pelo relator [na Câmara]. Agora espero, com todas as minhas forças, que [a MP 1031] caduque”, afirma Elena.

No entendimento de Elena Landau, a MP é inconstitucional e poderá ser questionada judicialmente após sua eventual conversão em lei.

O motivo é a falta de urgência e relevância, critérios para edição de medida provisória, na visão da economista, que também é advogada.

Favorável à privatização, Elena Landau argumenta que o próprio fato de o governo ter abandonado o projeto de lei de Michel Temer, depois apresentado um novo PL, em 2019, para enfim chegar à edição da MP comprova a falta de urgência necessária.

Lamentou, inclusive, que esse entendimento não prosperou no STF.

“Não teve andamento no Supremo [Tribunal Federal] a discussão sobre a declaração de inconstitucionalidade sobre a MP, que era a minha esperança para que a gente pudesse impedir a continuidade desse processo”, afirma.

O questionamento foi levado ao tribunal por partidos como o PT, que são contrários à privatização. O descompasso entre a expectativa de parte do mercado com o modelo da privatização tem unido oposição e liberais contra o projeto em tramitação no Congresso Nacional.

Agora, Elena espera que o Senado Federal, ao menos, desfaça as alterações aprovadas na Câmara dos Deputados.

“É muito cedo para gente falar, mas evidente que quanto mais puxadinhos, mais complexo, mais detalhes e mais interesses, aumenta o risco de judicialização como um todo”, diz.

A economista defende desde o governo de Michel Temer que era inadequado enviar um primeiro projeto para autorizar a privatização no Congresso Nacional com detalhamentos técnicos da capitalização.

Ela entende que melhor estratégia seria propor aos parlamentares a revogação das medidas que retiraram a Eletrobras do PND, o programa nacional de desestatização.

Assim, o governo poderia realizar os estudos necessários para a operação e, eventualmente, apresentar uma nova proposta.

Impactos da MP 1031 na tarifa de energia

A crítica é que, da forma apresentada, a MP 1031 deu margem para interferência no planejamento do setor elétrico e carece de bases para as medidas incluídas já no texto original – sem falar nos ‘jabutis’, como os críticos chama a contratação de usinas térmicas e PCHs incluída na Câmara.

“Estou preocupada com o arcabouço geral: a invasão de funções do Executivo, entrar no planejamento do setor com apenas 90 dias de discussão, falta de estudos... Alguns dizem que vai aumentar a tarifa, outros dizem que não. Cadê os estudos?”, questiona.

O governo tem colocado que não haverá efeitos negativos nas tarifas.

A MP, de fato, eleva custos com a descotização das usinas – a “liberação” dos contratos da Eletrobras dos preços travados pela MP 579 –, mas há compensações com a destinação de recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que paga os programas setoriais rateados na tarifa.

O governo federal se posicionou favoravelmente em relação à contratação dos 6 GW de térmicas incluído na Câmara dos Deputados.

“Não tem como citar essa conta como definitiva. O planejamento do setor elétrico é sobre incertezas”, afirma Claudio Sales sobre as projeções.

“Não se tem certeza sobre como vai se comportar, em detalhe, a demanda futura, nem como vai performar um determinado parque existente, muito menos a evolução dele ao longo do tempo”, diz.

O Acende Brasil faz parte do grupo de associações críticas à inclusão da contratação de térmicas, PCH e da prorrogação do Proinfra na MP da Eletrobras.

“É evidente que a resultante disso é uma energia seguramente muito mais cara do que poderia ser”, afirma Sales.

Abegás apoia

Ao demarcar 2026 como ano-base para a contratação de capacidade de geração a gás natural, o texto da MP 1031 cria um caminho de segurança jurídica para os investimentos dos projetos, avalia a associação de distribuidoras de gás, Abegás.

Para a associação, o período de cinco anos é o ideal para estruturação dos empreendimentos.

“O período de cinco anos é o ideal para que os projetos do setor tenham o devido tempo de maturação, com um cenário de 15 anos que preserve a viabilidade econômica do investimento”, disse em nota.

Além disso, a associação afirma que a aprovação da capitalização da Eletrobras permitirá um aumento da oferta de gás natural – principalmente do pré-sal – e representa um passo em direção à integração do setor de gás com o setor elétrico.

Destaques da MP

Contratação de usinas termelétricas a gás natural, no total de 6 GW, sendo 5 GW no Norte e Centro-Oeste; e 1 GW no Nordeste. Inclui na lei critérios que normalmente são definidos pelo governo – a modalidade de contratação, por leilão de reserva de capacidade, por exemplo.

- Se bem-sucedida, a política provocará investimentos em novas regiões, estimulando até mesmo a construção de “gasodutos estruturantes”. A crítica dos liberais – incluindo o governo – é quanto ao risco de forçar a viabilização de projetos que não seriam competitivos sem esse estímulo adicional.
- Os freios: usinas deverão respeitar o preço-teto do leilão A-6 (energia nova) de 2019, de R\$ 292 por MWh, atualizado até a realização da nova concorrência.

Prorrogação dos contratos do Proinfa por 20 anos. O programa foi criado em 2004 para estimular as energias renováveis (PCHs, biomassa e eólicas). É bancado pela CDE, a conta do setor elétrico paga pelos consumidores que financiam as políticas setoriais; o fundo dos subsidio, que o governo vem passo-a-passo tentando reduzir.

- Inclui a antecipação de cotas para as PCHs. Até a fonte atingir 2 GW em leilões regulados para o mercado cativo, metade da demanda declarada das distribuidoras será atendida por essas PCHs; depois, o piso cai para 40% nos leilões realizados até 2026.
- Há também critérios locacionais. Preferência para estados de acordo com a potência habilitada nos leilões, até o limite de 25% da capacidade. Na prática, fica assim: as regiões de maior potencial são privilegiadas, mas o teto de 25% impede que um estado concentre todos os projetos. Benefício especialmente para Centro-Oeste e para o Paraná.
- Os freios: novamente, deverá respeitar o preço-teto do A-6 de 2019, de R\$ 285 por MWh, a ser atualizado. Vale para as usinas beneficiadas pelo Proinfa, que contará também com a mudança no indexador de reajuste dos valores repassados para o programa, do IGPM para o IPCA. O IGPM, mais sensível ao câmbio, disparou de 2020 para cá.

MP aprovada com mais de 300 votos

A MP 1031 está em tramitação no Senado Federal, após ser aprovada com 313 votos favoráveis de deputados federais.

Além de autorizar o governo a capitalizar a Eletrobras, prevê a contratação de usinas termelétricas e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), com critérios locacionais para garantir a distribuição de investimentos pelo país.

Tais medidas eram combatidas por áreas técnicas do governo federal.

Agora, contudo, os ministérios da Economia e de Minas e Energia (MME) entendem que as medidas são adequadas ou, ao menos, têm impactos negativos limitados.

A contratação das térmicas vinha sendo negociada desde a aprovação da Lei do Gás. O plano do MME nunca foi, contudo, incluir numa lei a obrigação de contratação de 6 GW nos chamados leilões locacionais.

Há diversas medidas no texto que prometem conter os efeitos desses estímulos nos preços das tarifas, como o repasse de parte dos recursos da descotização das usinas e o superávit de Itaipu Binacional para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para modicidade tarifária do mercado cativo.

Fonte: Agência EPBR de Notícias
Data: 08/06/2021



JORNAL O GLOBO – RJ

GUEDES DEFENDE FLEXIBILIZAÇÃO DO MERCOSUL E DIZ QUE ECONOMIA FECHADA É 'ARMADILHA' PARA O BRASIL

Ministro afirma que país está reduzindo tarifas unilateralmente
Por Manoel Ventura e Fernanda Trisotto

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta terça-feira que a economia fechada foi uma “armadilha” contra o Brasil nos últimos 30 anos e defendeu a “flexibilização” do Mercosul.

— Ficar fechado foi muito prejudicial para o Brasil nos últimos 30 anos. O Brasil está negociando menos com nossos parceiros hoje. Então foi uma armadilha. Foi uma armadilha. Isso impediu o Brasil de se envolver em uma integração produtiva mais eficiente, de se integrar em cadeias globais — disse Guedes, falando em inglês para investidores.

O ministro disse que o Brasil está reduzindo unilateralmente as tarifas de importação e conversando com os “amigos” do Mercosul.



O ministro da Economia, Paulo Guedes, em evento no Palácio do Planalto Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo/11-05-2021

— Estamos reduzindo unilateralmente as tarifas de importação e também conversando com nossos amigos do Mercosul, porque queremos ter alguma flexibilidade e modernização no Mercosul — afirmou.

A tentativa do Brasil de reduzir a Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul e avançar com a agenda de abertura comercial do ministro da Economia, Paulo Guedes, esbarra na resistência da Argentina. Mas o governo brasileiro quer ir adiante em sua proposta de reduzir a TEC em 10% agora e em outros 10% no fim do ano.

Seria uma forma de começar a abertura do mercado brasileiro, prometida ainda na campanha eleitoral de 2018, mas cuja dificuldade Guedes tem localizado principalmente nas amarras do Mercosul.

Reforma em três ou quatro meses

No mesmo evento, Guedes disse acreditar que o Congresso Nacional aprovará as reformas administrativa e tributária nos próximos três a quatro meses. Ele afirmou que a aprovação do marco regulatório do saneamento e privatizações de outros setores estão permitindo a recuperação da

economia brasileira passe de um ciclo baseado no consumo para um crescimento sustentável baseado em investimento.

— As perspectivas para a economia brasileira são muito favoráveis — disse Guedes. — Vamos simplificar e reduzir tributos, o teto de gastos é algo que vamos lutar pelo cumprimento.

O ministro admitiu que o Brasil teve problemas com desmatamento ilegal e invasões, mas disse que tem mantido contato com autoridades dos Estados Unidos para conversar sobre o assunto.

— Sabemos que futuro é verde e digital. O Brasil tem a matriz energética mais limpa do mundo — afirmou.

Guedes disse ainda que o Brasil continua dedicados a cumprir todas as metas para adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Dólar

O ministro disse também que o câmbio já passou por o que classifica como "overshooting" e que a cotação do dólar, atualmente em torno dos R\$ 5,00, não deve retomar os patamares elevados de anteriormente.

— O câmbio também está se acalmando, porque nós certamente já observamos o que classificamos como "overshooting". A taxa de câmbio foi a R\$ 5,80, R\$ 5,60, e agora recuperou-se a R\$ 5,00. Provavelmente o câmbio não terá essa alta novamente — disse Guedes.

O "overshooting" é quando uma moeda estaria mais desvalorizada do que o que seria sugerido pelos fundamentos da economia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/06/2021

ARGENTINA ENDURECE POSIÇÃO CONTRA PLANO DO BRASIL DE BAIXAR TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL

País vizinho faz nova proposta com menos concessões que a anterior ao pleito do Brasil de baixar a TEC em 10% agora e 10% no fim do ano. Impasse continua

Por Janaína Figueiredo e Eliane Oliveira



O presidente da Argentina, Alberto Fernández, ao lado de sua vice, Cristina Kirchner Foto: ESTEBAN COLLAZO / AFP

RIO e BRASÍLIA. Depois de passar por consultas que chegaram ao presidente da Argentina, Alberto Fernández, a Casa Rosada endureceu sua posição e apresentou uma nova proposta aos países do Mercosul para reformar a Tarifa Externa Comum (TEC), que taxa produtos importados de fora do bloco.

A nova proposta argentina continua muito distante da expectativa da equipe do ministro brasileiro da Economia, Paulo Guedes, que demanda uma redução imediata de 10% da TEC e outra de 10% no fim do ano. Atualmente, a alíquota média da TEC é de 11,7%.

A reforma da TEC é considerada fundamental pelo Ministério da Economia, como parte da agenda de abertura econômica do Brasil, um dos pilares do programa de Guedes.

A mudança desse instrumento interno do Mercosul, criado em 1995, nunca revisado e cheio de exceções, é visto pelo ministro como um passo importante para facilitar futuros acordos comerciais que rompam, na visão da equipe econômica, décadas de isolamento.



O presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: SERGIO LIMA / AFP/01-09-2020

Nas últimas semanas, em contatos informais, a Argentina se dispôs a aceitar uma redução imediata e linear (envolvendo todo o universo tarifário) de 10% da TEC por parte do Brasil. Paralelamente, o país vizinho cortaria 10% da TEC de 75% das posições tarifárias, em janeiro de 2022.

Automóveis, têxteis e calçados na lista de exceções

Agora, depois de um claro recuo do presidente argentino e dos ministros da Economia e Produção, Martin Guzmán e Matias Kulfas, respectivamente, a Argentina pretende que o Brasil baixe apenas 10% de 75% dos produtos envolvidos, deixando 25% de fora.

Analítico: Governo Bolsonaro não tem com Argentina a paciência estratégica de seus antecessores

Seria objeto de exceção, basicamente, bens finais, por exemplo, automóveis, produtos eletrônicos, têxteis e calçados. Além disso, o governo Fernández não aceita falar sobre um segundo corte de 10% da TEC — que Guedes pretende aplicar no final deste ano — até 2023.



. Foto: .

Para Brasil, Argentina aposta em derrota de Bolsonaro

Para o governo brasileiro, a nova proposta argentina torna ainda mais difícil um entendimento. Mencionar 2023, apontam fontes brasileiras, instala a sensação de que a Argentina está fazendo um cálculo político, apostando na derrota de Bolsonaro nas eleições do ano que vem.

Para os argentinos, admitiu Kulfas ao GLOBO, “é o máximo que pode ser feito neste momento”, e nada tem a ver com cálculos políticos. São processos, frisou, que

levam tempo.

— Estamos de acordo em modernizar o Mercosul, mas isso deve implicar fortalecer as cadeias de valor, os setores produtivos. Falar sobre isso num contexto de pandemia, com uma segunda onda da Covid-19 que nos afetou fortemente, é complexo. Neste panorama, é o melhor que podemos fazer — explicou o ministro argentino.

Segundo Kulfas, "discussões mais ambiciosas deverão esperar esse momento difícil ser superado".

— Queremos chegar a um entendimento razoável, construtivo. Não com dogmatismo. Baixar tarifas de uma maneira simétrica já deu muito errado em nosso país, precisamos ser cuidadosos — frisou Kulfas.

Sob pressão, argentinos acham que Guedes quer fim do bloco

O governo argentino mantém o discurso favorável a um acordo, mas internamente sabe que está se tornando cada vez mais difícil.

Alguns integrantes da Casa Rosada se perguntam se o verdadeiro objetivo de Guedes não é acabar com a União Alfandegária (imperfeita) e transformar o bloco numa zona de livre comércio (como são 95% dos acordos comerciais no mundo), onde todos os membros tenham mais liberdade para atuar unilateralmente.

A proposta defendida por Brasil e Uruguai de flexibilizar a dinâmica das negociações externas, permitindo acordos sem consenso dos quatro membros, continua sendo resistida por Argentina e Paraguai.

Está prevista uma nova reunião de coordenadores nesta quinta-feira, mas tudo dependerá das possibilidades de aproximar posições.

Para que isso seja possível, o Brasil teria de negociar exceções com a Argentina. Segundo fontes do governo brasileiro envolvidas diretamente no tema, esse seria o caminho para melhorar o diálogo.

Como sempre ocorreu em negociações passadas, destacou um alto funcionário, "no fim, todos os ministérios envolvidos falarão em nome de um só país e levarão a mesma mensagem".

Carta de Lula e FH desagradou

As diferenças de estilo entre os ministérios da Economia e das Relações Exteriores não impedirão um acordo com prazos maiores de adaptação, e a exclusão de setores sensíveis argentinos, argumentam as fontes.

No caso de tratados de livre comércio com terceiros mercados, uma das alternativas seria autorizar, caso a caso, as negociações, desde que sob determinados padrões a serem estabelecidos em conjunto.

As divergências entre Brasil e Argentina subiram um tom após a carta conjunta escrita pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva.

A avaliação é que os debates ganharam uma "espuma política", nas palavras de uma fonte do governo brasileiro, que precisa se dissipar, para que haja um entendimento entre os sócios do Mercosul.

As negociações em torno desses dois temas devem avançar no segundo semestre deste ano, quando o Brasil assumirá a presidência pro tempore do Mercosul.

Brechas e exceções são sempre possíveis e podem ser usadas em um futuro acordo com a Coreia do Sul — negociação na qual a Argentina já participa num ritmo mais lento — e com a União Europeia, que não precisará começar a vigorar em conjunto. Passará a valer no país que for internalizando as regras acordadas.

Perguntado sobre o que pensa sobre as divergências entre os principais sócios do bloco, o secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade, Carlos Alexandre Da Costa, repetiu o mantra da equipe econômica sobre a abertura comercial: o processo será gradual, previsível e simultâneo à redução do Custo Brasil.

— As lições das aberturas indicam esse caminho para aumentar a produtividade. Isso sem prejuízo de outras ferramentas de defesa comercial como antidumping e salvaguardas — afirmou Da Costa ao GLOBO.

Negociação é possível, avaliam especialistas

Para o ex-secretário de Comércio Exterior e ex-representante geral do Brasil no Mercosul, Ivan Ramalho, é perfeitamente possível uma negociação que estabeleça prazos diferentes para que as economias possam estar preparadas para enfrentar uma nova situação.

Ele avalia que esse entendimento pode ser aplicado tanto na questão das tarifas como na negociação de um waiver (exceção), para não adotar ou não aderir o que for negociado por outros membros.

— Certamente, esse seria o melhor caminho para resolver as atuais divergências. Com isso, entendo que fica possível manter a estrutura geral da TEC, que todos sabemos é um pilares do Mercosul. — afirmou.

Ramalho enfatizou que desentendimentos entre ministérios sempre ocorreram. A seu ver, no Itamaraty existe uma preocupação maior em preservar o Mercosul.

Lembrou que partiu do Uruguai a iniciativa de, pela primeira vez, propor que os países do bloco pudessem negociar individualmente acordos.

O Itamaraty foi contra a ideia. Ramalho afirma que o Brasil seria um dos maiores prejudicados por essa flexibilização, pois o Mercosul é o principal destino das exportações brasileiras de manufaturados.

— Acredito que, neste caso, ocorra um rompimento mais contundente da integridade do Mercosul. Apenas um exemplo: o negociador dos demais países, da Argentina por exemplo, iria ofertar produtos manufaturados que importa de onde? Do Brasil. Ou seja, a indústria brasileira seria bastante prejudicada.

O consultor Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior e atualmente 'panelista' da Organização Mundial do Comércio (OMC), também acredita em uma solução negociada, com a programação de prazos maiores para a Argentina se adaptar e também a exclusão de alguns setores, como os vizinhos vêm demandando.

Barral destacou que é preciso regras de origem muito claras, para evitar alguma transposição e maquiagem de produtos importados de terceiros mercados.

Uma solução seria dar autorização caso a caso. Por exemplo, o Uruguai negociaria com a Coreia do Sul sob determinados parâmetros.

Ele acredita que a TEC acabará com ainda mais exceções do que já existem hoje e será preciso definir fases de transição e prazos diferentes para cada um dos países. Pode não ser um problema, mas causará maior complexidade.

— Melhor do que acabar com a TEC, o que tiraria competitividade de produtos brasileiros — observou Barral.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/06/2021

COM EXPECTATIVAS ACIMA DA META, PRESIDENTE DO BC REAFIRMA QUE PRESSÃO NA INFLAÇÃO É TEMPORÁRIA

Reunião do Copom na próxima semana deve analisar quais pressões de 2021, como alta no preço de commodities e energia, devem impactar também no próximo ano

Por Gabriel Shinohara



O presidente do BC disse que a inflação foi impactada por pressões de diferentes origens este ano Foto: Pablo Jacob / Agência O Globo

BRASÍLIA — Mesmo com as expectativas de inflação do mercado subindo semana após semana, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reafirmou nesta terça-feira que a pressão na inflação é temporária.

— Tivemos muitos choques, o mais recente foi na energia, por conta das bandeiras de preço mais alto. Muitos agentes estão olhando para os níveis de

reserva de água e fazendo contas do custo de manter as termelétricas por um período mais longo. Nós ainda acreditamos que muito disso ainda é um choque temporário — disse.

Campos Neto ressaltou que a inflação sofreu muitos choques de origens diferentes neste ano. O presidente do BC citou a alta nos preços de commodities, embora ele acredite que parte já tenha sido absorvida, e a subida nos preços de energia.

— Há uma mudança na dinâmica de inflação e muitas dessas alterações são de fatores vindos de choques temporários, mas que estão interagindo e contribuindo para uma disseminação maior do que esperávamos — explicou.

Nós últimos comunicados do Comitê de Política Monetária (Copom), o Banco Central vem mostrando que a alta na inflação é temporária, mas ressalta que está atento à evolução do indicador.

O relatório Focus, que reúne as expectativas do mercado para os principais índices econômicos, mostra que a inflação esperada para este ano é de 5,44%, acima do teto da meta para este ano, de 3,75%.

O BC utiliza essas expectativas em conjunto com outros índices para determinar a taxa básica de juros da economia, a Selic. O principal mandato da autoridade monetária é manter a inflação dentro da meta, com um intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Caso a meta não seja atingida, o presidente do Banco Central precisa mandar uma carta para o ministro da Economia, Paulo Guedes, explicando as razões da falha.

Reunião do Copom

Os diretores do Banco Central se reúnem na próxima semana no Copom para decidir o novo patamar da Selic. Na última reunião, a sinalização foi de um novo aumento de 0,75 pontos percentuais, o que levaria a taxa para 4,25% ao ano.

Essa alta nos juros só terá efeito para o ano que vem porque as decisões de política monetária costumam demorar de seis a nove meses para impactar a economia real. Para 2022, as expectativas do Focus estão em 3,7%, acima da meta de 3,5%.

Campos Neto foi questionado sobre a normalização parcial dos juros sinalizada pelo Copom nas últimas reuniões. Para alguns agentes de mercado, significa que o BC não está disposto a subir os juros até a taxa neutra, em torno de 6,5% ao ano, para controlar a inflação.

Na comunicação oficial, o Copom mostrou preocupação com a manutenção de juros abaixo do patamar neutro para manter um estímulo no processo de recuperação econômica.

No evento de desta terça-feira, Campos Neto disse que se os juros forem elevados para a taxa neutra muito rapidamente, a inflação ficará abaixo da meta em 2022. Além disso, reafirmou que o BC está comprometido com a meta.

— Nós estamos completamente comprometidos com a meta e atingi-la é nosso trabalho. Quando nós dizemos que estamos fazendo uma normalização parcial é porque queremos dar ferramentas para que as pessoas entendam o que estamos fazendo — disse.

Para a próxima reunião, Campos Neto disse que os diretores vão analisar todas essas questões relacionadas à inflação, inclusive uma possível alta no setor de serviços, para tomar a decisão.

— Estamos tentando ver quais são as revisões para 2022, o que é uma contaminação de 2021. O que são choques permanentes, o que são choques temporários e como a inflação de serviços vai se comportar no processo de reabertura da economia — afirmou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/06/2021

GUEDES PROMETE ATÉ MAIS 3 MESES DE AUXÍLIO EMERGENCIAL, MAS DIZ QUE GOVERNO NÃO VAI DESCONTROLAR CONTAS POR CAUSA DE ELEIÇÕES

Extensão do benefício coincidiria com avanço na vacinação. Ação será substituída por um programa do Bolsa Família mais robusto
Por Fernanda Trisotto e Manoel Ventura



O ministro da Economia, Paulo Guedes Foto: Reprodução

BRASÍLIA – O auxílio emergencial deve ter “mais duas ou três” parcelas, de acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Essa extensão cobriria o tempo necessário para o avanço da vacinação na população adulta. Ele ainda destacou que essa extensão não vai implicar em descontrole fiscal por causa da eleição no próximo ano.

— Possivelmente vamos estender o auxílio emergencial por mais dois ou três meses, porque a pandemia está aí. Os governadores estão dizendo que em dois ou três meses a população brasileira adulta vai estar toda vacinada. Então, nós vamos renovar por dois ou três meses o auxílio – afirmou o ministro durante encerramento de uma reunião da Frente Parlamentar de Serviços pela manhã.

Mais tarde, Guedes reforçou o compromisso fiscal do governo.

— Não percam nem uma noite preocupados conosco enlouquecendo no lado fiscal, só porque tem uma eleição no ano que vem. Nós nunca faríamos isso. O único jeito de enlouquecermos é se privatizarmos mais rapidamente – afirmou durante evento do Bradesco BBI, na tarde da terça-feira.

O ministro também detalhou os custos e duração da prorrogação do auxílio. O governo trabalha com um cenário em que até setembro a pandemia estará controlada, devido ao avanço da vacinação na população adulta, o que permitiria encerrar o auxílio emergencial.

— No fim de setembro, nós devemos estar com a pandemia sob controle. Se não estiver, nós estendemos de novo – afirmou.

Ele explicou que cada mês de auxílio emergencial custa R\$ 9 bilhões ao governo. O pagamento de mais dois meses do benefício custaria R\$ 18 bilhões, dos quais o governo já tem R\$ 7 bilhões disponíveis, fruto da última edição do auxílio. Os R\$ 11 bilhões restantes seriam viabilizados via crédito extraordinário.

Ainda segundo Guedes, após a extensão, o benefício seria substituído pela nova versão do programa Bolsa Família.

— Logo depois (da extensão) entra, então, o Bolsa Família, o novo Bolsa, já reforçado. Eu diria que o Brasil está encontrando seu caminho – declarou.

Como o GLOBO adiantou, a prorrogação de duas a três parcelas do auxílio emergencial já estava sob análise do governo, e depende da evolução da pandemia da Covid-19.

A extensão do benefício faz parte do plano do Executivo para evitar que a população mais vulnerável fique descoberta enquanto a reformulação do Bolsa Família não sai do papel.

Já o novo Bolsa, em 2021, teria apenas um reajuste do tíquete médio do benefício, que passaria dos atuais R\$ 190 para R\$ 250. A reformulação completa do programa deve ser discutida esse ano, mas só entraria em vigor em 2022.

Ainda na área social, Guedes voltou a defender a criação do que ele chama de Fundo Brasil, um fundo com ativos de estatais que se transformaria em uma distribuição de riqueza.

— É o que estamos estudando agora: a distribuição de um "fundo de riqueza". Não é uma transferência de renda, como o Bolsa Família. Por que não distribuir a riqueza? – afirmou.

Esse fundo seria constituído com lucro das estatais e parte dos valores obtidos com a privatização dessas empresas.

Emprego para os jovens

O ministro também voltou a comentar sobre o bônus de inclusão produtiva (BIP) e o bônus de incentivo à qualificação (BIQ), ações que fomentariam oportunidades de emprego com qualificação profissional no trabalho para jovens.

— É para criar empregos novos para jovens, entre 18 e 28 anos, que queiram fazer treinamento no trabalho. Com R\$ 275 que o governo paga, mais R\$ 275 que as empresas pagam, o jovem consegue um programa de um ano ou até um ano e meio de qualificação profissional. Nós achamos que vai haver um aumento muito rápido do nível de emprego – afirmou o ministro.

Guedes ressaltou que essa é mais uma ação para incluir os jovens que não tem emprego nem estudam no sistema produtivo brasileiro. Segundo o ministro, há conversas avançadas com grandes empresas do setor de serviços.

— Nós estamos conversando com a empresa do setor de serviços e elas já estão encomendando jovens para nós. Tem duas ou três grandes empresas que já tão encomendando, assim, vinte mil jovens, trinta mil jovens, porque elas vão querer colocar nesse nicho de treinamento – disse.

Reforma tributária

Questionado sobre a reforma tributária e uma alíquota específica para o setor de serviços, Guedes disse que o governo trabalha com a possibilidade de duas alíquotas.

— A ideia inicial era justamente todo mundo ter a mesma alíquota, mas nós ainda estamos considerando a possibilidade de ter duas alíquotas, uma para comércios e serviços, mais baixa, e outra para indústria, um pouco mais alta. De qualquer forma, é uma simplificação importante e ela sinaliza pro futuro pra essa unificação (de alíquotas), caso nós consigamos lá na frente a desoneração da folha – afirmou o ministro, que disse ainda querer levar adiante, em outro momento, a proposta de desoneração da folha de pagamento.

Marinho diz que recomposição de Orçamento não é suficiente

Em audiência na Câmara, o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, afirmou que a recomposição de cerca de R\$ 655,1 milhões para o Orçamento da pasta não será suficiente para tocar as ações programadas até o fim do ano. A expectativa é de que haja novas suplementações nos próximos meses.

— Nós sabemos que essa recomposição parcial que foi feita com PLN, com várias rubricas orçamentárias, não é suficiente para tocarmos as ações do ministério com as obras que estão programadas até o final do ano. Nós temos a expectativa que haja uma nova suplementação ou novas suplementações com PLNs, que vão ocorrer ao longo do tempo em função da própria dinâmica do orçamento – afirmou em audiência pública.

A pasta foi uma das que mais perderam recursos com a sanção do Orçamento – a redução foi de perdeu R\$ 9,4 bilhões entre vetos e bloqueios. Dois projetos de lei aprovados no Congresso no final de maio vão recompor parte dos recursos. Serão R\$ 543,6 milhões para obras de contenção de

encostas em áreas urbanas, sistemas de transporte público coletivo, realização de barragens e outras obras hídricas e de saneamento, por exemplo. Outros R\$ 111,5 milhões vão para obras de segurança hídrica.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/06/2021

ECONOMIA COM INCLUSÃO DE MILITARES E JUDICIÁRIO NA REFORMA DE SERVIDORES SERIA DE R\$ 31 BI

Cálculo também considera parlamentares. Categorias não estão na proposta que tramita no Congresso. Está marcada para hoje reunião com líderes para discutir o assunto

Por Fernanda Trisotto

BRASÍLIA - A inclusão dos chamados membros de Poder — como parlamentares, procuradores e magistrados — e militares na reestruturação de carreiras públicas prevista na reforma administrativa poderia gerar economia de R\$ 31,4 bilhões aos cofres públicos em dez anos.

É o que aponta um levantamento do economista Daniel Duque, líder da área de inteligência técnica do Centro de Liderança Pública (CLP), feito a pedido do GLOBO.

O governo não incluiu essas categorias na proposta que muda regras para os futuros servidores encaminhada ao Congresso no ano passado.

Está marcada para hoje uma reunião com todos os líderes para discutir méritos, ritos e procedimentos de tramitação da reforma no âmbito da Comissão Especial, informou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Veja mais detalhes sobre como a inclusão dos membros de poder podem aliviar as contas públicas na reportagem exclusiva para assinantes do GLOBO.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/06/2021

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

NOVO REFIS VAI INCLUIR O PARCELAMENTO DE DÍVIDAS ANTERIORES À PANDEMIA

Ideia é que a empresa com queda de receita superior a 15% possa aderir ao programa, que deve dar descontos de até 70% no valor da dívida; quanto maior o tombo no faturamento, melhores serão as condições

Por Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O novo Refis (parcelamento de débitos tributários) preparado pelo Congresso vai abarcar também dívidas anteriores à pandemia da covid-19 e permitir o aproveitamento pelas empresas do prejuízo fiscal como crédito para abater o valor a pagar de impostos acumulados (crédito de prejuízo) em anos anteriores. As duas medidas serão incluídas no projeto em tramitação no Senado, segundo antecipou ao Estadão o relator e líder do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE).

O projeto, incluído no fatiamento da reforma tributária, também facilitará as condições da negociação direta entre os devedores e o governo para a solução de conflitos fiscais – chamada tecnicamente de transação tributária. O parecer vai elevar de 50% para até 70% o desconto do valor total da dívida nessa modalidade. A medida permitirá descontos de até 100% sobre multas; já juros e encargos terão abatimento de até 70%. As empresas que optarem pelo instrumento também poderão aproveitar o crédito do prejuízo fiscal.

O valor que o governo deve abrir mão da arrecadação com uma nova rodada do Refis vai depender das condições do novo programa e do nível de adesão das empresas.



Fernando Bezerra diz que todas as dívidas serão negociadas no novo Refis. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Para aceitar o Refis, o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer vincular a habilitação ao programa à redução do faturamento durante a pandemia. A ideia é que a empresa que tiver tido uma queda superior a 15% possa aderir ao Refis. As condições serão mais favoráveis à medida que o tombo no faturamento for maior.

O pagamento da parcela à vista, que é exigida, vai oscilar de 20% a 2,5%, conforme o tamanho da queda do faturamento. Quem estiver em situação pior vai pagar uma parcela à vista menor. As empresas com maior dificuldade também poderão aproveitar um percentual maior de crédito do prejuízo fiscal para quitar a dívida. “Muitas empresas têm prejuízos fiscais acumulados, que elas não usam ou vão usando de forma pequena. Agora, esse será um instrumento poderoso para ter uma redução ainda maior daquilo que elas vão pagar”, explicou Bezerra.

Guedes aceitou mais um programa de parcelamento para que as empresas possam limpar o passado, o que ele chama de “passaporte tributário” para o futuro de crescimento. “Dá desconto de 70%, o cara paga”, disse Guedes na semana passada.

TCU

Para reforçar as condições do Refis, o Senado deve pedir ainda esta semana o reexame de entendimento de acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determina que a perda de receita que o governo abrirá mão com desconto de multas, juros e encargos seja compensada com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para a transação tributária, diz o relator, o TCU já consolidou entendimento de que não há renúncia a ser compensada porque esse é um crédito de difícil recuperação. Segundo Bezerra, a consultoria do Senado tem parecer que contesta a necessidade da compensação também para o Refis. Com base nessa manifestação da consultoria legislativa, o Senado vai pedir ao TCU uma releitura do entendimento de 2019.

Resistências

Na Câmara e também no Senado, há resistências em vincular o Refis às empresas que perderam faturamento com a pandemia, como quer Paulo Guedes. A Economia também quer restringir o programa às empresas, sem alcançar as pessoas físicas.

Parlamentares pressionam para que o Refis seja amplo, aberto a todas as empresas e também às pessoas físicas. Esse ponto ainda não está fechado, admite Bezerra.

“Não existe empresa meio grávida. Todas as empresas, com raríssimas exceções, estão com problemas”, diz Vivien Suruagy, presidente da Federação Nacional de Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra).

O presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese, disse que prefere como socorro o financiamento de baixo custo das empresas do que programas de Refis, mas ressaltou que neste momento da pandemia discriminar as empresas não é bom. “Como vai diferenciar A de B. O Refis tem de ser amplo.”

Os parlamentares querem aprovar no mesmo projeto um Refis também para as empresas que pagam pelo Simples, sistema simplificado de tributação para as micro e pequenas empresas. O time do ministro Guedes, porém, quer fazer o Refis do Simples em projeto separado, segundo Bezerra.

Entre os tributaristas que acompanham de perto a evolução das negociações do novo Refis, a percepção é de que Guedes aceitou melhorar as condições da transação para desestimular o Refis. Tradicionalmente, a equipe econômica é refratária à edição de Refis sucessivos porque entende que eles estimulam a existência do contribuinte “devedor contumaz”, que adere ao programa para conseguir a certidão negativa de débitos e depois volta a deixar de pagar.

Para o tributarista Luiz Bichara, o aproveitamento do crédito do prejuízo fiscal será muito importante. Hoje, está limitado a 30% por ano. “Enquanto o efeito da crise vem de uma vez, a recuperação tem de se dar com essa trava imposta pelo Fisco.”

Entenda

Congresso prepara mais um Refis, parcelamento de dívidas tributárias; veja os principais pontos:

Alcance da renegociação:

Renegociações de dívidas antigas e não apenas as contraídas na pandemia da covid-19.

Transação tributária:

Aperfeiçoamento desse mecanismo de negociação de dívidas que é feito diretamente com a PGFN (área jurídica do Ministério da Economia). Ela faz uma avaliação de risco em relação ao crédito tributário. Só se habilita à transação as empresas que tiveram o risco de realização do crédito mais baixo, na faixa de “C” e “D” num rating de classificação da capacidade de honrar. Abre a porta para uma negociação mais benéfica. O relator vai elevar de 50% para 70% o total da dívida que pode ser descontado.

Prejuízo fiscal:

É decorrente do resultado negativo que a empresa registrou e que pode ser compensado com os lucros positivos que foram obtidos em anos posteriores. O prejuízo pode ser compensado até o limite de 30% no imposto a ser pago. O projeto vai permitir o aproveitamento de crédito desse prejuízo acumulado para pagar as dívidas numa velocidade maior tanto no Refis como na transação tributária.

Previsão de aprovação no Senado e na Câmara:

Até 15 de julho.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/06/2021

MINAS ESPERA INVESTIMENTOS DE R\$ 26,7 BI COM NOVO MODELO DE FERROVIAS

Governo quer assinar nesta terça decreto que vai possibilitar o primeiro trecho ferroviário do País administrado no modelo de autorização, pelo qual uma empresa atua por conta e risco próprios

Por Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - O governo de Minas Gerais pretende assinar nesta terça-feira, 8, decreto que vai viabilizar um novo regime de operação de ferrovias no Estado. O desejo é possibilitar o primeiro trecho ferroviário do País administrado no modelo de autorização, pelo qual uma empresa privada atua por conta e risco próprios.

Com o movimento, Minas Gerais se antecipa ao Congresso Nacional, que ainda não aprovou o projeto de lei que permite esse tipo de regime em ferrovias federais. A Assembleia Legislativa do Estado já deu aval ao modelo, faltando apenas a regulamentação, despachada nesta terça pelo governador, Romeu Zema (Novo). Minas mapeou 19 projetos que, potencialmente, podem ser operados no modelo de autorização, com investimentos estimados em R\$ 26,7 bilhões.

O governo estadual já tem em mente qual trecho vai estrear o novo regime. São os 130 quilômetros de trilhos entre Lavras e Varginha. O projeto envolve a VLI Logística, que hoje tem a concessão desse trecho, mas abandonou sua operação, segundo o secretário estadual de Infraestrutura e Mobilidade, Fernando Marcató. Em vez de pagar uma multa ao governo federal, a empresa propôs à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) revitalizar o trecho e deixá-lo pronto para Minas

Gerais repassá-lo em formato de autorização a um novo operador, que já está em tratativas com o Estado.



Segundo o governo do Estado, Minas é o primeiro Estado do País em extensão de malha ferroviária. Foto: Dida Sampaio/Estadão - 27/6/2016

A estimativa é de que R\$ 140 milhões sejam aplicados nessa reforma. "Conseguimos negociar com a VLI para que faça a renovação, porque a empresa tem de devolver o trecho renovado ou pagar a multa", disse Marcato. Procurada, a VLI informou que não irá se manifestar sobre o assunto no momento.

Com a estratégia, o Estado tenta tornar o trecho mais atrativo para o próximo operador privado, já que retira do futuro administrador o ônus de desembolsar o investimento. "Acho que realmente seremos o primeiro Estado a ter a primeira a shortline (trecho curto de ferrovia operado via autorização). Tem muito a ver com a cultura de Minas Gerais", afirmou o secretário, segundo quem uma resposta da ANTT sobre o processo é esperada para julho.

De acordo com a secretaria comandada por Marcato, Minas é o primeiro Estado do País em extensão de malha ferroviária, com cerca de 16,3% de toda a rede nacional de ferrovias. O problema, no entanto, está em trechos e ramais ferroviários abandonados que poderiam atender a necessidades regionais do Estado, como no caso entre Lavras e Varginha.

O governo federal também tenta endereçar esse problema via projeto de lei no Congresso desde 2019, mas o texto que vai permitir a exploração de ferrovias via autorização nacional ainda aguarda votação no Senado.

Enquanto isso, Minas tenta solucionar gargalos logísticos internos aplicando o novo regime a trilhos que ficam dentro dos limites geográficos do Estado. Quem assumir um trecho abandonado ou apresentar ao governo local projeto para construir uma ferrovia do zero, poderá operar o traçado por até 99 anos, com possibilidade de prorrogação, sem interferências de regulação econômica.

Turismo e cargas

O trecho entre Lavras e Varginha, a princípio, tem vocação para abrigar um trem turístico, mas o Porto Seco no Sul de Minas também teria interesse no traçado para transporte de cargas, segundo a secretaria do Estado. No futuro, a ligação ainda pode favorecer outro projeto, a partir de Três Corações (MG) - uma das cidades por onde passam os trilhos que conectam Lavras e Varginha - até a cidade de Cruzeiro (SP), atravessada pela ferrovia da MRS Logística.

O Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais estima que, em 2025, no trecho entre Cruzeiro e Varginha, 3,97 milhões de toneladas possam ser transportadas ao ano, com previsão de chegar a até 5,27 milhões de toneladas ao ano em 2055. O destaque nos números é de carga geral. Para viabilizar esse traçado, no entanto, o Congresso Nacional vai precisar dar aval ao regime de autorização, já que nesse caso os trilhos saem do limite mineiro e passam pelo Estado de São Paulo.

O governo de Minas prevê que, considerando os projetos que podem ser destravados no Estado com o regime de autorização, 373 mil empregos diretos e indiretos poderiam ser gerados, além de arrecadação de impostos indiretos somada em R\$ 2,8 bilhões, e de crescimento de 3% do PIB do Estado - a partir dos investimentos previstos em obras e materiais rodantes para o funcionamento das ferrovias.

"Lançando o decreto, a tendência é que comecemos a receber os interessados para conversas", disse o secretário de Infraestrutura de Minas. Ele aposta no impulso da malha ferroviária do Estado a partir desse novo cenário. "Com o Estado tendo o próprio planejamento, e conseguindo fomentar esses operadores locais, estamos viabilizando o investimento regional", afirmou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 08/06/2021

RIO RECEBE R\$ 18,2 BI EM LEILÃO DA CEDAE, MAS NÃO QUITA DÍVIDA COM A UNIÃO

Por Idiana Tomazelli



O governador do Rio tem dito que pretende usar o dinheiro da concessão da Cedae para fazer investimentos em infraestrutura
Imagem: iStock

Mesmo depois de faturar R\$ 18,2 bilhões com o leilão de concessão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cedae), o Rio de Janeiro ainda não reembolsou a União por empréstimo feito no BNP Paribas, que venceu no fim de 2020 e foi quitado pelo governo federal.

A Advocacia-Geral da União (AGU) entrou com um recurso para tentar derrubar uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a cobrança da dívida de R\$ 4,3 bilhões, mas o pedido ainda não foi julgado. O governo fluminense, por sua vez, quer parcelar o pagamento em até 30 anos.

Embora o Estado tenha dezenas de bilhões em dívidas com fornecedores e com a própria União, o governador do Rio, Cláudio Castro (PL), tem dito que pretende usar o dinheiro da concessão da Cedae para fazer investimentos em infraestrutura.

Nos bastidores do governo federal, o temor é que a administração estadual faça uso eleitoreiro dos recursos em vez de empregá-los no reequilíbrio das contas estaduais, ao mesmo tempo que pede nova proteção por meio do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), o programa de socorro do governo federal para Estados endividados.

A interlocutores, representantes do governo do Rio têm dito que a lei estadual obriga o uso do dinheiro da Cedae no pagamento de dívidas em caso de venda das ações da empresa, mas, como a operação foi uma concessão, não há regra para a destinação dos recursos – ou seja, o governo estaria livre para gastar em outras iniciativas.

Sem boa vontade do Rio para quitar o passivo, a AGU tenta convencer o STF a derrubar a liminar e permitir que a União execute as contragarantias para ressarcir os cofres federais emprestados em dezembro de 2020 em nome do Estado. A avaliação no governo federal é que, com o cofre estadual abastecido pelos recursos da concessão da Cedae, fica mais difícil para o Rio alegar “grave situação financeira”, argumento usado pela administração fluminense nos últimos anos para afastar cobranças. A Secretaria Estadual de Fazenda do Rio não se manifestou.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 08/06/2021

ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ SURPREENDENTEMENTE ROBUSTA, APESAR DA PANDEMIA, DIZ KENNETH ROGOFF

Ex-economista-chefe do FMI e atualmente professor da Universidade Harvard, ele afirma que o País fez mudanças e foi capaz de lidar bem com a crise; nos EUA, o economista destaca que a alta da inflação é o maior risco para a recuperação

Por Ricardo Leopoldo, O Estado de S.Paulo

Apesar da pandemia do coronavírus, a economia brasileira “está surpreendentemente robusta”, inclusive com o Produto Interno Bruto (PIB) voltando ao nível anterior ao registrado ao surgimento da covid-19, mas o desemprego alto é um problema que depende do avanço da vacinação e do controle

da doença, diz Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) e atualmente professor da Universidade Harvard, em entrevista exclusiva para o Estadão/Broadcast.

Nos Estados Unidos, a preocupação é com a inflação. Rogoff afirma que o índices inflacionários devem subir neste e no próximo ano. Ele projeta que o PIB do país deverá crescer mais de 7% em 2021 e 4% em 2022. Embora aponte que a alta excessiva da inflação é o maior risco para a recuperação americana, ele destaca que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) poderá dominá-la.

O economista acredita que Jerome Powell, o presidente do Fed, não será indicado novamente ao posto pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, se apertar a política monetária.

“Há uma pessoa muito boa esperando para essa posição, que é Lael Brainard (economista que está no Fed desde 2014). Joe Biden pode nomeá-la não importa o que ocorra. Mas, se Powell quiser ter uma chance para ser reconduzido ao cargo, ele precisa ser muito cauteloso”, afirma. Nesse contexto, ele diz que o Fed deve começar a subir os juros em 2023, com a plena recuperação da economia mundial.

A entrevista, a seguir, foi concedida na véspera da participação de Rogoff como palestrante no evento Bradesco BBI, na 12ª London Conference para investidores internacionais, que neste ano ocorre de forma virtual.



Kenneth Rogoff, ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional. Foto: Ruben Sprich/Reuters - 19/1/2017

Como o senhor avalia as perspectivas econômicas no Brasil no curto prazo?

O Brasil está tendo muitos dos problemas que todos os outros países registraram com a pandemia. Há um grande aumento da desigualdade social, gerando agitação política e etc. No entanto, a economia está surpreendentemente robusta. O País já registrou a volta do PIB para o mesmo nível anterior ao surgimento da covid-19, o que é notável. Os mercados de dívida continuam incrivelmente resilientes. O Brasil fez muitas

mudanças, foi capaz de lidar muito bem com esta crise e está muito melhor do que eu poderia estimar no passado recente.

Como a recuperação da economia poderá ser sustentável se o ritmo da vacinação continua muito lento?

A vacinação virá, talvez com um atraso de um ano em comparação com economias avançadas. Há um temor de que, se a retomada não for longa o suficiente, poderá não ser somente um ano, mas uma década perdida na economia, como manifestam meus amigos no Brasil que estão preocupados. Porém, a trajetória até o momento sugere, particularmente para um forte mercado emergente como o Brasil, que terá uma boa recuperação. É difícil saber. Há recuperações bem divergentes. Os países ricos estão indo muito bem, as nações com baixa renda tem uma situação terrível, e os mercados emergentes estão em algum lugar na metade desses dois caminhos e poderão ir para uma direção ou a outra.

A taxa de desemprego no Brasil passou de 14%. O senhor considera que ela poderá baixar neste ano ou no próximo?

Eu penso que será difícil corrigi-la até que o programa de vacinação (avance) e o que a doença esteja sob controle.

Como o senhor avalia a tendência da inflação nos Estados Unidos?

A recuperação está ocorrendo bem mais rápida e forte do que qualquer um imaginava, em grande parte por causa das vacinas, mas também pelo enorme apoio de gastos do governo prevenindo uma longa duração dos efeitos da pandemia. Ao mesmo tempo, há uma imensa variedade de gargalos na

economia global, entre eles no fornecimento de microprocessadores. Claro que a inflação vai subir neste ano. Eu tenho visto a secretária do Tesouro, Janet Yellen, dizer que pode chegar a 3% em 2021, mas é uma estimativa baixa. Os EUA crescerão acima de 7% neste ano e 4% em 2022.

A verdadeira questão é se a inflação subirá muito a ponto de levar o Federal Reserve a aumentar os juros bem mais cedo do que avalia. O risco de inflação é significativo. Pelo ponto de vista dos países emergentes, como o Brasil, a preocupação é se a inflação explodirá, as expectativas de inflação subirão muito mais do que o esperado e o Fed seria forçado a elevar os juros por questões domésticas, o que seria muito doloroso para os mercados internacionais. Não é o cenário mais provável, mas é certamente o maior risco no momento.

E qual é o cenário mais provável para a inflação nos EUA neste ano e no próximo?

Pode superar bem os 3% nesses dois anos. Talvez em meados de 2022 poderá começar a baixar. Há agora muita espera para poder comprar vários produtos. Se você quiser adquirir uma máquina de lavar poderá ter um atraso de um ano, o que poderá repercutir em alta dos preços no final. Mas o debate é se as pessoas acreditarão que a inflação ficará elevada ano após ano. O Fed pensa que não. Talvez precisará subir os juros um pouco e parar. Essa é uma grande incerteza.

Quais são as perspectivas para o mercado de trabalho nos EUA até o fim de 2022?

Há grandes transformações ocorrendo na economia que tornam difícil saber para onde se está indo. As cidades estão sendo reformuladas, com os centros ficando de certa forma desocupados, pois as pessoas estão mudando para os subúrbios. Muitas empresas vão permitir trabalho remoto de seus funcionários entre um a cinco dias por semana. E, com isso, muitos empregos na área de serviços no centro das cidades, como restaurantes, barbearias, estão sendo fechados. Uma das razões da recuperação lenta do mercado de trabalho é que todos estão tentando decidir como se orientar, que tipo de emprego devem adotar e para onde devem ir. Certamente, na recuperação, o mercado de trabalho tem sido o elemento mais decepcionante.

A demanda está crescendo muito rápido. A oferta e a geração de empregos não estão aumentando tão rapidamente. Minha melhor avaliação é a de que o mercado de trabalho vai demorar anos para total retomada, pois ela é particularmente dramática para pessoas que recebem salários mais baixos. No caso de trabalhadores que ganham acima de US\$ 60 mil por ano, o nível dos empregos está quase 2% acima do registrado antes da pandemia. Para pessoas que recebem menos de US\$ 28 mil por ano, o patamar de empregos está bem distante do que existia antes do surgimento do coronavírus. Há um debate sobre quanto dessa lenta recuperação está relacionada com os benefícios concedidos às pessoas desempregadas pelo governo do presidente Joe Biden e quanto está vinculada à realocação no mercado de trabalho. Eu diria que é um pouco de ambos.

E qual é a participação da alta dos salários nessa questão?

Os vencimentos têm subido bem, como mostraram os dados de maio. Quem ganha salários mais altos está com aumentos mais expressivos. As médias dos salários e da produtividade dos trabalhadores americanos apresentaram grande elevação. A produtividade subiu perto de 3% desde o começo da pandemia, o que não tem precedente nos últimos 30 anos.

Esse aumento de produtividade pode ter sido um fator que ajuda a conter um pouco a velocidade da retomada das contratações pelas empresas?

É muito difícil ler o que está ocorrendo. Talvez quando as pessoas que ganham menos de US\$ 28 mil (por ano) voltarem em maior força ao mercado de trabalho, provavelmente a produtividade e os salários baixarão. Eu conheço amigos que têm pequenos negócios e eles não conseguem ninguém para contratar, mesmo elevando os salários em 20%.

Quando os EUA voltarão a ter pleno emprego?

Acredito que o país ainda precisará de dois anos para chegar perto desse nível.

Devido a esse quadro econômico, como o senhor avalia que será a postura do Federal Reserve na condução da política monetária?

Parte da minha confiança sobre como o Federal Reserve poderá agir ao longo deste ano é que o presidente do Fed, Jerome Powell, pode ser indicado novamente ao cargo e há uma pessoa muito boa esperando para essa posição, que é Lael Brainard. Joe Biden pode nomeá-la não importa o que ocorra. Mas, se Powell quiser ter uma chance para ser reconduzido ao cargo, ele precisa ser muito cauteloso. Ele não será indicado novamente ao posto se apertar a política monetária.

O Fed está comprando títulos do Tesouro basicamente de longo prazo e ativos financeiros atrelados a hipotecas de imóveis. A parte que precisa ocorrer mais cedo é a relativa à aquisição de US\$ 40 bilhões mensais de títulos atrelados a hipotecas, que é uma política bem estranha, num contexto no qual os preços das residências estão explodindo. Não faz sentido.

Na parte relativa aos títulos do Tesouro, avalio que é uma questão de relações públicas com os mercados, que é muito complexa. A redução dos estímulos começará no próximo ano, depois de Biden decidir quem será o próximo presidente do Fed.

O Federal Reserve subirá os juros em 2023, pois quando chegarmos naquele ano todo o mundo estará em plena recuperação. A Europa está no processo de retomada talvez quatro ou cinco meses atrás dos EUA por causa da vacinação. E a imunização também chegará aos mercados emergentes que vão registrar um boom depois desse processo. Um dos motivos de os juros estarem baixos é que os EUA estão crescendo fortemente, mas o mundo ainda está lidando com a pandemia. O que vemos com os EUA agora poderá ocorrer em 2023 com muitos países e colocará pressão nas taxas de juros. Então, o Fed precisará responder a esse movimento.

O senhor acredita que o Federal Reserve conseguirá controlar a alta de inflação se ela alcançar um nível bem elevado?

O Fed certamente tem os instrumentos para controlá-la. As políticas são corretas. Os comunicados do banco central dos EUA apontam que ele mudará quando for necessário. A questão é saber se o ambiente político permitirá que o Fed controle a inflação. O presidente Biden pode apontar novos diretores do Federal Reserve e redesenhar seu sistema. Biden adotou uma agenda econômica bem progressista, mas (os políticos) de centro ainda têm muito poder.

Qual a avaliação do senhor sobre a aprovação pelo Congresso americano neste ano do pacote de investimentos em infraestrutura defendido pela Casa Branca?

Minha melhor aposta é que Biden poderá ter a aprovação do Congresso de um montante substancial em 2021, de pelo menos US\$ 1 trilhão, e que poderá chegar talvez a US\$ 2 trilhões.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 08/06/2021

VAMOS RENOVAR O AUXÍLIO EMERGENCIAL POR MAIS DOIS OU TRÊS MESES, DIZ GUEDES

Ministro afirmou que benefício deve ser prorrogado até o lançamento do novo Bolsa Família; na segunda, o 'Estadão' antecipou que o governo tem planos de manter o auxílio até setembro, nos mesmos valores de hoje

Por *Lorena Rodrigues, O Estado de S.Paulo*

BRASÍLIA - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que "possivelmente" o governo vai renovar por mais "dois ou três meses" o auxílio emergencial. Em participação em evento virtual da Frente Parlamentar do Setor de Serviços - que não estava prevista na agenda do ministro -, Guedes disse que, logo depois, será lançado o novo Bolsa Família.

"Os governadores brasileiros estão dizendo que em dois ou três meses a população brasileira adulta está toda vacinada, então vamos renovar por dois ou três meses o auxílio e logo depois entra o novo Bolsa Família, já reforçado"

Na segunda-feira, 7, o Estadão/Broadcast mostrou que o governo tem planos de estender o auxílio emergencial por dois meses, até setembro, nos mesmos valores de R\$ 150 a R\$ 375 e com igual alcance em termos de público. Atualmente, o auxílio contempla cerca de 39,1 milhões de brasileiros.



Guedes disse que programa de qualificação de jovens levar a uma redução “muito rápida” no desemprego. Foto: Dida Sampaio/Estadão

Para bancar a prorrogação, a equipe econômica deve abrir um crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 12 bilhões. O valor vai reforçar os cerca de R\$ 7 bilhões que ainda estão disponíveis dentro dos R\$ 44 bilhões já destinados ao programa e que não foram usados porque o número de famílias na nova rodada ficou abaixo do

inicialmente projetado.

O crédito extraordinário banca despesas emergenciais e fica fora do teto de gastos, regra que limita o avanço das despesas à inflação.

A extensão da ajuda a vulneráveis é uma forma de manter a assistência às famílias em um cenário de risco de agravamento da pandemia de covid-19 e também evita um “vácuo” até o lançamento da nova política social permanente do governo.

No desenho atual, a última parcela do auxílio emergencial é prevista para julho deste ano. No entanto, fontes do governo afirmam que “alguma prorrogação é razoável”, dado que o número de casos e óbitos pela doença parou de cair. Além disso, a extensão da ajuda dará maior conforto até a vacinação mais ampla da população.

A prorrogação deve ocorrer por medida provisória. A necessidade de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para isso, aventada anteriormente, perdeu força porque esse tipo de crédito já fica fora do teto, e há espaço na meta fiscal (que permite rombo de até R\$ 247,1 bilhões no ano) para acomodar o gasto adicional.

Programa de qualificação de jovens

Durante o evento desta terça, o ministro disse ainda que o programa de qualificação de jovens que o governo pretende lançar vai levar a uma redução “muito rápida” no desemprego.

“O jovem durante processo de treinamento custa mais barato para empresa e adquire habilidades. O setor de serviços será decisivo, elas já estão encomendando 20 mil, 30 mil jovens para treinamento”, afirmou.

Segundo Guedes, o ministério continua com previsão de crescimento “conservadora” de 4% a 5% na economia deste ano e disse que, com a vacinação, o País caminha para dias melhores. “O Brasil está conseguindo acelerar vacinação com o ministro Queiroga”, disse, em referência ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, que depõe nesta terça à CPI do Covid.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/06/2021

Associações pressionam por Reporto, que também desonera ferrovias e acabou após 16 anos
Por Daniel Rittner — De Brasília



Terminal portuário em Santos: fim de regime tributário especial faz país perder investimento para porto em Israel — Foto: Jonne Roriz/Bloomberg

Dona do maior terminal de contêineres do país, a BTP vinha planejando a compra de quatro novos superguindastes para dinamizar ainda mais suas operações no Porto de Santos (SP). Conhecidos como “ship-to-shore”, esses equipamentos são responsáveis por carregar e descarregar grandes navios. Com 120 metros de altura e 1,6 mil toneladas, cada um pode custar US\$ 10 milhões.

O plano de aquisição, no entanto, foi adiado. A suíça Terminal Investment Limited (TIL), com sede em Genebra e principal acionista da BTP, opera em cinco continentes e preferiu fazer a encomenda dos guindastes para seu terminal em Ashdod (Israel).

Motivo para suspender, por ora, a compra de portêineres no Brasil: a falta de perspectivas sobre o futuro do Reporto, regime tributário especial que desonera investimentos em portos e ferrovias, mas expirou no fim do ano passado – após uma década e meia de sucessivas prorrogações.

“Sem o Reporto, cada STS [‘ship-to-shore’] em Santos sairia por US\$ 15 milhões. Fica muito difícil explicar para um investidor estrangeiro que o mesmo equipamento orçado pouco tempo antes torna-se, de repente, 50% mais caro”, diz Antônio Patrício Junior, diretor de investimentos da TIL.

O benefício garante isenção de IPI e PIS/Cofins para a compra de máquinas e equipamentos, como locomotivas e trilhos, além de suspensão da cobrança de Imposto de Importação sobre itens que não tenham similares nacionais. A suspensão abrange também o ICMS cobrado pelos Estados. Todos esses tributos podem onerar os investimentos em 52%.

Empresários de portos e ferrovias tentaram incluir a extensão do Reporto, existente desde 2004, em medidas provisórias que tramitavam no Congresso Nacional durante o ano passado. Graças à atuação do governo, nenhuma das emendas negociadas com os parlamentares prosperou. Em dezembro, finalmente conseguiram encaixar a renovação do regime especial na “BR do Mar”, projeto de estímulos à navegação de cabotagem aprovado pela Câmara.

O projeto de lei foi para o Senado, mas perdeu a urgência e agora está praticamente engavetado. Paralelamente, o Orçamento da União para 2021 ficou sem rubrica voltada para o Reporto. A iniciativa privada desistiu da estratégia e agora pressiona o governo pela publicação de uma MP específica sobre esse assunto.

Um grupo de oito associações empresariais se reuniu com o próprio presidente Jair Bolsonaro em março, no Palácio do Planalto, pedindo celeridade no tratamento da questão. Bolsonaro ligou para o ministro da Economia, Paulo Guedes, e pediu que ele recebesse a comitiva imediatamente. Guedes mobilizou a Receita Federal, que enviou um formulário de “avaliação técnica de benefícios e incentivos fiscais” para preenchimento. O documento foi preenchido e encaminhado à Receita.

Não houve mais resposta, segundo diversos representantes do setor. Procurado pelo Valor, o Ministério da Economia não respondeu até a conclusão desta edição.

Diante da ausência de sinalizações, as associações mandaram uma carta para Bolsonaro, no dia 10 de maio – com cópia apenas para o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, e ignorando Guedes. Elas se dizem preocupadas com a demora na definição sobre o Reporto e fazem um apelo pela edição de MP, com vigência do regime até o fim de 2025.

“Prorrogar só por um ano não resolve o problema. Entre a encomenda e a entrega de um equipamento, quando há o processamento aduaneiro, leva-se cerca de 18 meses. Se não houver segurança jurídica, não tem investimento”, ressaltou Patrício Junior.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) já acenou que, em caso de renovação do Reporto, empresas que arrendam terminais em portos públicos podem pedir reequilíbrio de seus contratos pelo investimento realizado enquanto o regime não estava valendo. O clima no setor, contudo, é de incerteza.

No caso de terminais de uso privado, que estão localizados fora dos portos organizados e operam sob contratos de autorização, não há possibilidade de reequilíbrio. A DP World Santos – antiga Embraport – se enquadra nessa situação e já nota reflexos da perda de vigência do Reporto. O estudo de viabilidade de um projeto de expansão do terminal está sendo feito sem considerar os efeitos do regime tributário, o que torna a equação final mais complicada de parar em pé.

“A extinção do programa [Reporto] acarreta em um impacto significativo em novas aquisições”, disse a DP World, que tem sede em Dubai, em nota enviada ao Valor.

“Se o benefício for de fato extinto, haverá elevado custo tributário sobre produtos essenciais para o desenvolvimento das atividades e comprometimento dos investimentos feitos em novos equipamentos e na modernização portuária. Se o atraso da prorrogação acontecer, a competitividade das exportações será reduzida. Se prorrogado, os custos não seriam impactantes em âmbito nacional.”

No setor de ferrovias, a indefinição sobre o Reporto ocorre em um momento de nova onda de investimentos, já que concessões foram prorrogadas antecipadamente em troca de grandes obras de ampliação. Um dos exemplos é o da Malha Paulista, controlada pela Rumo, que prevê aportes superiores a R\$ 6 bilhões. Todos os cálculos foram feitos considerando a existência do benefício.

“Há um descompasso entre toda a ambição do programa de concessões promovido pelo Ministério da Infraestrutura e o atraso do Reporto”, afirma o diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), Fernando Simões Paes.

Para ele, não adiantará muito fazer reequilíbrios econômicos das concessões que prolongam contratos, pois eles já têm prazos muito longos – até meados da década de 2050 – depois de prorrogados. Uma hipótese seria descontar o pagamento de outorga à União. Ocorre que a Rumo, por exemplo, já antecipou boa parte do que devia em outorga. Corre-se o risco de, alternativamente, postergar aportes pactuados.

Em nota, o Ministério da Infraestrutura disse apoiar a prorrogação do Reporto “por curto prazo” – a equipe econômica defende uma definição mais longa no âmbito da reforma tributária.

A pasta “reconhece a importância do programa de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura e superestrutura dos portos e ferrovias do país” e, na nota enviada ao Valor, acrescenta: “A prorrogação do Reporto permanece como tema de debate junto ao Ministério da Economia, com o objetivo de chegar a uma decisão conjunta e equilibrada sobre o programa de incentivos fiscais, em que os interesses públicos sejam prevalecidos”.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 08/06/2021

ECORODOVIAS: TRÁFEGO NESTE ANO É 13,3% MAIOR QUE EM 2020, MAS AINDA 1,8% MENOR QUE EM 2019

Primeiros meses de 2020 foram os de maior restrição de viagens por causa da pandemia
Por Allan Ravagnani, Valor — São Paulo

O tráfego total de veículos nas estradas sob concessão da Ecorodovias aumentou 13,3% no acumulado deste ano até o dia 6 de junho, na comparação com o mesmo período de 2020, quando houve maior restrição de deslocamentos por causa do início da pandemia de covid-19. Se comparado ao mesmo período de 2019, o movimento foi 1,8% menor.

No Estado de São Paulo, onde estão as rodovias de maior movimentação do grupo, a Ecovias dos Imigrantes, que liga a capital paulista à Baixada Santista pelo sistema Anchieta-Imigrantes, viu alta de 11,2% no volume total de veículos, incluindo leves e pesados, ante o mesmo período do ano passado. Na comparação com o ano retrasado, antes da pandemia, total de veículos, incluindo leves e pesados, ante o mesmo período do ano passado. Na comparação com o ano retrasado, antes da pandemia, o volume foi 3,4% menor no sistema.

Na Ecopistas, concessionária das rodovias do sistema Ayrton Senna-Carvalho Pinto, que faz a ligação entre a capital paulista, Vale do Paraíba e Litoral Norte do Estado, o tráfego foi 16% maior do que em 2020, mas 11,6% menor quando comparado a 2019.



Trecho do sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a capital paulista à Baixada Santista — Foto: Divulgação_Ecovias

A Ecovia Caminho do Mar, estrada entre Curitiba e o porto de Paranaguá, no Paraná, viu o número de veículos pedagiados cair 5% neste ano em relação a 2020, mas subir 11,4% sobre 2019. Na Ecocataratas, que liga o interior paranaense (Guarapuava) até Foz do Iguaçu, a movimentação avançou 7% ante 2020 e 4,1% ante 2019.

A Ecosul, que administra as rodovias do polo rodoviário de Pelotas, no Rio Grande do Sul, viu o volume aumentar 3,5% em 2021 ante o ano passado e 4,7% ante o ano retrasado. A Eco101, que corta o Espírito Santo de Norte a Sul, teve o tráfego 22% maior que 2020 e 11,3% maior que 2019.

A Ecoponte, que administra a ponte Rio-Niterói, teve alta de 19,2% no volume de carros passando por seus pedágios ante 2020, mas queda de 8,8% ante 2019.

A Eco135 (MG) registrou alta de 17,5% em relação a 2020, mas não entra na comparação contra 2019, enquanto a Eco050 (MG-GO) teve alta de 14,1% sobre o ano passado e de 16,7% sobre o ano anterior. A Ecovias do Cerrado, rodovia recém assumida pelo consórcio, que liga Uberlândia (MG) à Jataí (GO) não entra no modelo de comparação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/06/2021

CRISE HÍDRICA PREOCUPA AGRICULTURA



A crise hídrica do país tem sido preocupação crescente na agropecuária. Ontem, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) manifestou receio com o quadro, que pode afetar tanto a produtividade no campo quanto o custo da energia para os produtores. “O avanço da crise hídrica e as incertezas com o aumento na conta de energia acenderam novo alerta para os agropecuaristas paulistas”, disse Fábio de Salles Meirelles, presidente da federação, em nota.

— **Foto: Joel Silva/Fotoarena/Agência O Globo**

O dirigente argumentou que “os reajustes batem na cadeia produtiva e se estendem ao consumidor, que é quem compra carne no açougue e o arroz e feijão no mercado e fica com a conta final”. “A crise hídrica deve ser observada com atenção pelas autoridades e medidas deverão ser tomadas, como a revisão das taxas de energia, por exemplo, para não haver aumento de preços

dos alimentos”. A Faesp defendeu que os produtores adotem irrigação “inteligente”, com tubulações subterrâneas para gerar o gotejamento localizado, e energia solar nas fazendas. No ano passado, o setor rural respondia por 13,2% da potência instalada de energia fotovoltaica no Brasil, segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/06/2021

ACORDO GLOBAL PARA TAXAR MÚLTIS DARIA € 900 MILHÕES AO BRASIL

Cobrança de 15% evitaria perdas de impostos com paraísos fiscais

Por Assis Moreira — De Genebra



Cobham: “O G-7 decidiu finalmente fazer avançar o sistema fiscal internacional” — Foto: Alex Yallop/Divulgação

O Brasil poderá obter € 900 milhões (R\$ 5,53 bilhões) de arrecadação adicional por ano se impuser às multinacionais brasileiras a taxa global mínima de 15% por um futuro acordo tributário que poderá receber sinal verde do G-20 em julho em Veneza (Itália). A estimativa é do Observatório Europeu de Tributação, sediado em Paris e com financiamento da União Europeia.

A taxa global mínima será aplicada sobre os lucros das empresas no estrangeiro. Os governos continuarão podendo aplicar a taxa nacional sobre as empresas pelo percentual que quiserem. O que ocorrerá é que, se uma multinacional continuar desviando parte de seus lucros para paraísos fiscais com taxa pouca ou zero, o seu país de origem poderá cobrar a diferença até alcançar os 15% mínimos.

Mona Barake, uma das autoras do estudo do Observatório Europeu de Tributação, diz que levou em conta dados publicados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Segundo a entidade, foi 85 o número de multinacionais brasileiras que apresentaram relatório de taxa de operações no exterior às autoridades fiscais brasileiras em 2016. Suas diferentes subsidiárias dividiram onde registrar lucros: 34 escolheram Cayman; 18, as Ilhas Virgens Britânicas; 23, em Luxemburgo; 18, a Holanda; e 8, as Bahamas, onde a taxa é insignificante. E também em mercados com taxas mais normais, como Argentina, Chile, Colômbia e EUA.

A Agência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) mostra que em 2018 duas empresas brasileiras integravam a lista das cem maiores múltis de emergentes: Vale, na 21ª posição, e JBS, na 59ª. De US\$ 88 bilhões de ativos da Vale, US\$ 33,2 bilhões estavam no exterior. E de US\$ 36,7 bilhões de vendas, US\$ 33,5 bilhões foram no estrangeiro. Por sua vez, 67,7% das operações da JBS eram transnacionais. De 230 mil empregados, 180 mil estavam no exterior.

Conforme a OCDE, o estoque de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) do Brasil em outros países, portanto, alcançou US\$ 277,4 bilhões em 2020. Por sua vez, o estoque de IED no Brasil era de US\$ 608 bilhões.

Nesse cenário, o futuro acordo tributário global tanto dará espaço para a Receita Federal cobrar a diferença entre o imposto que uma subsidiária brasileira no exterior paga num paraíso fiscal (por exemplo, 2%) e a taxa mínima global de 15%, como poderá resultar em redução na otimização fiscal pelas múltis.

Multinacionais instaladas no Brasil transferem lucros de bilhões de dólares por ano para paraísos fiscais e com isso a perda tributária para o Brasil também é significativa. As cifras variam, conforme estudos publicados.

O acordo já passou no G-7, das maiores economias industrializadas, e a tributação em torno de “pelo menos 15%” de taxa mínima global foi recebido como positivo por boa parte de especialistas, mas

também como insuficiente. E é apenas parte da história. Ainda haverá muita negociação no G-20 e depois envolvendo todos os 139 países participantes.

“O G-7 decidiu finalmente fazer avançar o sistema fiscal internacional para o século XXI, mas apenas o suficiente para se beneficiar desavergonhadamente a si próprio, deixando o resto do mundo para trás”, afirma Alex Cobham, diretor-executivo da ONG Tax Justice Network, focada em questões tributárias.

“Os ministros das finanças do G-7 propõem seguir as propostas da OCDE que assegurariam que o próprio G-7 ficasse com a parte do leão de quaisquer novas receitas fiscais, que, de qualquer modo, serão limitadas pela sua falta de ambição”, acrescenta. “Se o G-7 avançar com uma taxa mínima de 15% sob a abordagem profundamente desigual da OCDE, deixarão apenas pouco mais de US\$ 100 bilhões para outros países, ao mesmo tempo que ficarão com US\$ 170 bilhões para si próprios.”

A implementação da taxa global mínima da OCDE “é extremamente injusta, uma vez que dá a primeira oportunidade de recolher lucros para o país sede”, diz Cobham. “É por isso que o G-7 obterá mais de 60% das receitas adicionais, porque são sede para a maioria das grandes multinacionais. A nossa proposta, a METR, compartilha essa arrecadação igualmente entre países, de acordo com o local onde a multinacional tem a sua atividade real de vendas e emprego, e é isso que países como o Brasil deveriam exigir no G20, como mínimo.”

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/06/2021



G1 – O PORTAL DE NOTÍCIAS DA GLOBO

GREVE DE TRABALHADORES DE ADUANA ATRASA EXPORTAÇÕES AGRÍCOLAS DA ARGENTINA

Paralisação durou 7 horas. Segundo o sindicato do setor, grevistas solicitam vacinação em meio à segunda onda do coronavírus no país.

Por Reuters



Greve de trabalhadores de aduana atrasa exportações agrícolas da Argentina — Foto: José Cláudio Pimentel/G1

As exportações de grãos e derivados da Argentina foram afetadas nesta terça-feira (8) por uma greve de 7 horas promovida pelo sindicato de trabalhadores aduaneiros do país, que reivindicam prioridade na vacinação contra a Covid-19.

O protesto é realizado pelo Sindicato Único de Trabalhadores Aduaneiros (Supara, na sigla em espanhol), que disse que poderá realizar mais manifestações.

A entidade se somou às demandas de outros sindicatos que solicitam a vacinação em meio à segunda onda do coronavírus, que já deixou mais de 80 mil mortos no país.

"A medida começou às 10h da manhã, estamos recebendo os informes dos companheiros... e obviamente toda a tarefa habitual do trabalho de comércio exterior vai sofrer", disse à Reuters o porta-voz do Supara, Marcelo Bisurgi, que destacou que terminais portuários e aeroportos têm sido afetados.

O gerente da Câmara de Atividades Portuárias e Marítimas (CAPyM, na sigla em espanhol), Guillermo Wade, afirmou que a greve de trabalhadores aduaneiros "está afetando todas as operações de importação e exportação".

A Argentina é uma das maiores exportadoras de alimentos do mundo, e a medida de força ocorre em um momento de intensa atividade nos portos do país, já que os agricultores estão finalizando a colheita de soja e intensificando a de milho.

"Estamos no pico da temporada de colheita e de um enorme programa de exportação, então qualquer interrupção das atividades implica custos mais altos", disse Luis Zubizarreta, presidente da Câmara de Portos Privados Comerciais.

O porta-voz do Supara afirmou que o sindicato precisa apenas de cerca de 3 mil vacinas para solucionar grande parte do problema. A aplicação está sendo negociada entre as autoridades da aduana e o Ministério da Saúde argentino.

"Não podemos continuar sujeitos ao fato de que eles ainda estão analisando para ver o que se resolve", disse Bisurgi. "Se não tivermos uma solução, pretendemos continuar intensificando medidas e ações, até termos pelo menos alguma resposta concreta", acrescentou.

Fonte: G1 – O Portal de Notícias da Valor Econômico - SP

Data: 08/06/2021

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

'CONTRATOS VIGENTES NÃO SERÃO DESRESPEITADOS EM DESESTATIZAÇÕES', DIZ PILONI

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2021



Arquivo/Divulgação

Secretário nacional de portos afirmou que contratos celebrados com operador portuário serão mantidos de forma integral e só serão alterados em concordância entre as partes, nunca por uma imposição do concessionário.

O secretário nacional de portos e transportes aquaviários do Ministério da Infraestrutura, Diogo Piloni, garantiu, nesta terça-feira (8), que os contratos vigentes de arrendatários não serão desrespeitados no processo de desestatização.

Piloni ressaltou que esse é um dos pilares do modelo em desenvolvimento pelo governo que já estava garantido na proposta inicial que foi à consulta pública no processo da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa). Ele acrescentou que, devido à mobilização de agentes do setor, o governo trouxe melhorias para dar mais clareza a esse ponto para o caso da Codesa e para os demais que virão.

"O contrato de longo prazo celebrado com operador portuário será mantido de forma integral, a menos que haja vontade do arrendatário de alterar seu contrato. Só será alterado o contrato de arrendamento em concordância entre as partes, nunca por uma imposição do concessionário", disse Piloni durante o webinar '32ª ASPEN - Desestatização dos Portos Organizados — isso é bom ou ruim? Para quem?', promovido pelo Instituto Besc de Humanidades e Economia.

Piloni afirmou que a desestatização garantirá os direitos estabelecidos no contrato de concessão. Ele disse que o governo tem buscado referências internacionais de desestatização, o que não significa adoção integral de outros modelos. Segundo o secretário, os grupos de trabalho visam um modelo de flexibilidade de gestão sem comprometer o pilar da segurança jurídica do programa de concessão.

O secretário ponderou que não é possível impor aos concessionários o que não vale para administradores públicos, como a prorrogação automática de contratos. Por outro lado, o concessionário não poderá impor sua vontade em rescindir contrato unilateralmente ou alterar valores de arrendamento que são pontos sensíveis para os arrendatários.

Para empresas da União como a Codesa, o entendimento do governo é que melhor prática mundial é de buscar modelo de autonomia local de gestão. A avaliação, segundo Piloni, é que a concessão atende necessidade de certa forma, na medida que gestor que assumir terá autonomia pautado pelas diretrizes contratuais de fazer gestão livre de interferências da União e também de interferências políticas danosas de estados e municípios.

Ele adiantou que propostas de alteração dos planos de zoneamento dos portos (PDZs) passarão pelo crivo do poder público, no caso do Ministério da Infraestrutura, que é poder concedente. O secretário explicou que o modelo de concessão reforçará em contrato a necessidade de quando houver proposta de alteração do PDZ obrigatoriamente os conselhos de autoridade portuária (CAPs) sejam ouvidos e suas manifestações remetidas para análise final e deliberação do poder concedente.

O presidente da Brasil Terminal Portuário (BTP), Ricardo Arten, salientou que nas parcerias público-privadas existe uma relação ganha-ganha com força de impulsionar negócios no Brasil. Arten considera que existe um efeito positivo quando se tem iniciativa privada para investir. Ele ressaltou que existe o desafio de investimento de capital intensivo que requer fôlego para ter retorno a longo prazo, o que passa pela segurança jurídica. "Não dá pra fazer contrato com cláusulas específicas e no meio do caminho mudar a regra do jogo. Se não tem retorno, não tem investimento seguro", disse Arten.

Na perspectiva do investidor, só haverá privatização e disposição para investir de forma intensiva com um modelo robusto que garanta as mesmas condições estabelecidas feitas na celebração de contratos. Arten considera que celeridade e desburocratização são essenciais para tornar o ambiente de negócios mais competitivo. Para o executivo, sempre haverá conflito de interesses, o que aumenta a necessidade de processo regulatório sólido, regras claras e de boa governança. "O que impede conflitos de interesse é a regra clara desde o começo do jogo", observou.

O diretor de operações da Wilson Sons, Arnaldo Calbucci, acrescentou que, por vezes, a renovação da concessão é um direito que o arrendatário já possui. "A Antaq na audiência pública restituiu o direito dos arrendatários e julgamos que, em certos casos, a prorrogação dos contratos dos arrendatários está prevista nos contratos e é um fato jurídico perfeito, a nosso ver", analisou Calbucci.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/06/2021

DECISÃO DO TCU FRAGILIZA MODELO DE CONCEÇÃO DE TERMINAIS DO MINFRA *Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2021*

Uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) pôs em xeque o modelo adotado pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra) para a concessão de terminais e áreas portuárias. Ao avaliar uma demanda dos funcionários da Marimex, empresa que armazena contêineres no Porto de Santos, o tribunal determinou que o contrato entre a companhia e a autoridade portuária seja renovado até 2025. Parte da área hoje administrada pela Marimex está destinada à construção de um complexo de linhas ferroviárias e seria leiloada ainda este ano.

O contrato da Marimex expirou em maio de 2020 e não foi renovado justamente porque o Minfra e o Santos Port Authority (SPA) planejavam outra utilização para a área. Na avaliação do advogado Daniel Maciel, que representa a Marimex, a decisão do TCU apenas restabelece a segurança jurídica de todas as empresas que, hoje, operam em portos.

— Há toda uma tramitação administrativa que precisa ser respeitada. No nosso caso, essa tramitação era favorável e, de repente, fomos surpreendidos por uma decisão do ministério tomada aos 48 minutos do segundo tempo, sem os devidos respaldo, planejamento e projeto. Isso não traz insegurança jurídica. Muito pelo contrário.

Em 2016, a Marimex entrou com um pedido administrativo de renovação antecipada — o contrato terminaria em 2020 e a empresa pleiteava mais 20 anos. Para justificar sua reivindicação, anexou um projeto técnico, aprovado por Codesp, Antaq e Secretária Nacional dos Portos, órgão do próprio Minfra. No ano passado, veio a notícia de que não haveria um novo acordo. A Marimex opera em Santos desde 1950.

A empresa manteve o pedido administrativo, mas também recorreu à Justiça, após recusar um contrato de transição até 2025. Venceu na primeira instância e perdeu no Supremo Tribunal Federal (STF). Paralelamente, os funcionários pediram uma medida cautelar, analisada pelo TCU, que determinou a prorrogação do acerto entre a Marimex e a Santos Port Authority (SPA).

"A discussão no âmbito do Judiciário vai continuar", disse Maciel. "O relator, no acórdão vencedor, deixa uma margem, de 90 dias, para que a secretária nacional de portos tome providências cabíveis no que tange à renovação do contrato".

No acórdão, o TCU solicita algumas providências, como o detalhamento do novo plano de ocupação da zona portuária. Se o Ministério da Infraestrutura agir com rapidez, há tempo hábil para apresentar o projeto, fazer o leilão e contratar os novos operadores da área arrendada antes de 2025, mantendo o contrato prorrogado com a Marimex e preservando a modelagem do projeto de desestatização do Porto de Santos.

No mundo jurídico, porém, a decisão vêm provocando muita discussão. Doutor em Direito e sócio fundador da banca Aroeira Salles Advogados, Alexandre Aroeira Salles, classifica de "grave e ilegal" a decisão do TCU, por violar a liberdade de escolha do administrador público e emite um juízo de valor sobre a conveniência e oportunidade que compete ao gestor em suas decisões e atos administrativos.

"O administrador público tem o direito de decidir pela prorrogação ou não dos contratos de arrendamento portuário, justificando sua decisão no respectivo processo administrativo, conforme inclusive foi reconhecido pelo Poder Judiciário na demanda proposta pela Marimex em face da União Federal e da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários", observou Salles.

Em contrapartida, no TCU entendeu que a decisão sobre o prazo final da ocupação da área pela atual arrendatária não estaria diretamente ligada ao poder de decisão do administrador e decidiu ainda que TCU deveria atuar de forma preventiva para evitar prejuízos ao interesse público, o que justificaria a manutenção do contrato.

"Nesse cenário abre-se um precedente que pode ser prejudicial para os processos de desestatização de portos. Em Santos, por exemplo, a impossibilidade de implantação do complexo ferroviário e do novo terminal de fertilizantes na área atualmente ocupada pela Marimex trará impactos para a operação logística, com possível revisão da modelagem inicialmente cogitada para essa desestatização. Essa mudança pode tornar o ativo menos atraente à iniciativa privada e a investidores devido à redução das movimentações de carga no porto", disse o advogado.

Em nota, a Santos Port Authority (SPA) informou que defende a modernização do Porto de Santos, alinhada às melhores práticas internacionais do setor. A Autoridade Portuária informa, ainda, que mantém o planejamento tanto para implantação de novo terminal para fertilizantes, quanto para a

Ferrovias Internas do Porto de Santos (Fips). A SPA ressalta que a manutenção do terminal da Marimex na área está desalinhada do planejamento de curto, médio e longo prazo para o Porto de Santos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CRIA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR POSSÍVEL DESESTATIZAÇÃO DE PORTOS CATARINENSES

Por Letícia Helena PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2021



A preocupação com a possível desestatização dos portos de Santa Catarina levou um grupo de deputados estaduais a montar uma Comissão Mista para acompanhar a movimentação. Até agora, o Ministério da Infraestrutura (Minfra) só qualificou para o leilão o Porto de Itajaí, o segundo porto brasileiro com maior movimentação de contêineres e o primeiro entre os exportadores de congelados. A concessão está na fase de estudos. Santa Catarina tem outros dois portos, em Imbituba e São Francisco do Sul, que, segundo a Santa Catarina Parcerias (SCPar), responsável pela gestão dos terminais, também serão

liberados para leilões.

A Comissão Mista reúne representantes das comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Economia, Ciência, Minas e Energia e de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Ela vai funcionar como um meio de campo entre trabalhadores e empresários dos portos e o governo estadual.

"Há uma insegurança geral por causa de notícias sobre a privatização dos portos catarinenses. Queremos conhecer as propostas e saber como serão conduzidas", disse o deputado Volnei Weber, que propôs a criação da comissão.

O Porto de Itajaí é uma autarquia municipal e superavitária e impacta diretamente na economia do município. Tanto que a cidade ocupa o 12º lugar na lista das que mais arrecadam impostos federais do país, à frente de 19 capitais e arrecadando R\$ 16,2 bilhões para o governo federal.

"É uma falácia que a privatização vai gerar maior produtividade. A operação portuária já faz isso com os trabalhadores portuários avulsos ou com trabalhadores celetistas", afirmou o superintendente do Porto de Itajaí, Fábio da Veiga, lembrando que a operação já é toda privada.

Em uma reunião com os deputados, na própria Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), representantes dos portos, autoridades municipais e operadores puderam traçar uma estratégia de ação. Diretor comercial da Fertisanta, empresa que opera no Porto de Imbituba, Beto Martins, ex-prefeito da cidade, observou que a atividade portuária não é de fácil compreensão, embora seja vital para os municípios onde está instalada.

"O porto para a economia é vital. O que todos querem no momento é que se possa conhecer melhor, com transparência, esse processo de desestatização. Hoje, na verdade, a atividade portuária já é privada. Quem investe é do setor privado. A autoridade portuária é que é pública", observou.

O porto da cidade já opera no modelo de parceria público-privada desde 2012 e o atual contrato de concessão se estende até 2037. Segundo o atual prefeito, Rosivaldo Júnior, a unidade "bate recordes anuais" de geração de renda.

"Agora surge insegurança para quem já investiu e para quem tem interesse em investir. Precisamos saber como será isso. O porto de Imbituba tem importância para todo o Sul de Santa Catarina", disse ele.

Em São Francisco do Sul, o porto contribui com um volume entre 70% a 80% da arrecadação da cidade. O vice-prefeito, Sérgio Murilo de Carvalho Oliveira, informou que há um temor generalizado sobre o que acontecerá com o terminal.

"O porto é superavitário. Não entendemos porque privatizar", lamentou.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

100º ESTADO ADERE AO TRATADO DE EMISSÕES E POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA DE NAVIOS

Da Redação NAVEGAÇÃO 08 Junho 2021

A Argentina é o 100º Estado Parte dos regulamentos do Anexo VI da Marpol para a prevenção da poluição do ar por navios.

A Argentina se tornou o 100º Estado Contratante para os regulamentos obrigatórios da Organização Marítima Internacional (IMO) sobre o corte da poluição do ar proveniente de navios.

Os regulamentos do Anexo VI da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (Marpol) tratam da poluição do ar por navios e incluem requisitos de eficiência energética e qualidade de combustível projetados para reduzir as emissões prejudiciais do transporte marítimo.

Com a ratificação da Argentina, os regulamentos agora se aplicam a 96,65% dos navios mercantes mundiais por tonelagem.

O Anexo VI da Marpol estabelece limites obrigatórios para as emissões de óxido de enxofre (SOx) e óxido de nitrogênio (NOx) do escapamento do motor do navio, regula a incineração a bordo e proíbe emissões deliberadas de substâncias destruidoras da camada de ozônio. Inclui disposições para áreas designadas de controle de emissão com padrões mais rigorosos para SOx, NOx e material particulado.

Um capítulo 4 adotado em 2011 inclui medidas técnicas e operacionais obrigatórias de eficiência energética destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa dos navios, que foram alargadas e reforçadas ao longo da última década, proporcionando o quadro regulamentar obrigatório que codifica os níveis de ambição definidos em 2018 na Estratégia de GEE [Gases de Efeito Estufa].

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

O GOVERNO HOLANDÊS DESTINA US\$ 2,56 BILHÕES PARA PROJETO DE CAPTURA DE CARBONO EM ROTTERDAM

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2021



O governo holandês confirmou nesta terça-feira (8) que concedeu 2,1 bilhões de euros (US\$ 2,56 bilhões), quase metade de seu orçamento anual de 2021 para projetos sustentáveis, para um projeto que visa capturar e armazenar as emissões de carbono do Porto de Rotterdam, o maior da Europa.

O projeto "Porthos", a ser desenvolvido por um consórcio industrial que inclui Royal Dutch Shell, ExxonMobil, Air Liquide e Air Products, visa recolher emissões de fábricas e

refinarias e armazená-las em campos de gás vazios no Mar do Norte.

Este será o primeiro projeto de CCS (Captura e Armazenamento de Carbono) em grande escala na União Europeia.

A outra categoria principal de subsídios concedidos no orçamento do governo, de 4,6 bilhões de euros, foi para cerca de 3.300 projetos de painéis solares, principalmente em telhados.

O sistema de subsídios holandês é projetado para dar financiamento para tecnologias e projetos mais experimentais e caros, enquanto o orçamento para projetos mais estabelecidos — como turbinas eólicas offshore — diminui à medida que se tornam lucrativos.

O objetivo é reduzir as emissões em 55% em relação aos níveis de 1990 até 2030. As emissões caíram 24,5% em relação aos níveis de 1990 no ano passado.

Um tribunal na Holanda ordenou no mês passado que a Shell reduzisse suas emissões globais em 45% até 2030, em vez dos 20% que pretendia, uma decisão que a Shell está apelando. O projeto Porthos está incluído nos planos da Shell.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

ESPAÑA ADERE À CONVENÇÃO DE RECICLAGEM DE NAVIOS DE HONG KONG

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 08 Junho 2021



A Espanha é o mais recente país a aderir ao tratado da Organização Marítima Internacional (IMO) para a reciclagem segura e ecologicamente correta de navios — a Convenção de Hong Kong.

A convenção cobre o projeto, construção, operação e manutenção de navios e preparação para a reciclagem de navios, a fim de facilitar a operação segura e ambientalmente correta, sem comprometer a segurança e a eficiência dos navios.

De acordo com o tratado, os navios a serem enviados para reciclagem são obrigados a fazer um inventário de materiais perigosos, específico para cada navio. Os estaleiros são obrigados a fornecer um Plano de Reciclagem de Navios, especificando a maneira como cada navio será reciclado, dependendo de suas particularidades e de seu estoque.

Os 17 Estados aderentes à Convenção representam aproximadamente 29,77% da tonelagem bruta da navegação mercante mundial. São eles Bélgica, Congo, Croácia, Dinamarca, Estônia, França, Alemanha, Gana, Índia, Japão, Malta, Holanda, Noruega, Panamá, Sérvia, Espanha e Turquia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

ESTALEIRO CHINÊS CORTA O PRIMEIRO AÇO PARA FPSO DA EQUINOR PARA O CAMPO DE BACALHAU

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 08 Junho 2021

O estaleiro chinês Bomesc cortou o primeiro aço para os módulos de topside do FPSO da Equinor que vai operar no campo de Bacalhau, localizado no pré-sal da Bacia de Santos.

Segundo comunicado do Bomesc na quinta-feira (3), a Equinor e a Modec realizaram a cerimônia do primeiro corte de aço da obra do topside do FPSO para o campo de Bacalheu no dia 1º de junho.

O evento aconteceu exatamente quando a Equinor anunciou ter tomado a Decisão Final de Investimento (FID) para o projeto Bacalhau no valor de US\$ 8 bilhões e dias antes de a Modec oficialmente confirmar a adjudicação do contrato com a Equinor para entregar a engenharia, aquisição, construção e instalação do FPSO.

O FPSO será um dos maiores já entregues no Brasil. Terá capacidade de produção de 220 mil barris por dia e dois milhões de barris de armazenamento.

O FPSO é a primeira fase do campo de Bacalhau, adquirido pela Equinor. Irá operar nos blocos BM-S-8 e Carcara Norte, na Bacia de Santos.

O desenvolvimento consistirá de 19 poços submarinos ligados ao FPSO localizado no campo. O FPSO terá 364 metros de comprimento, 64 metros de largura e 33 metros de profundidade, com calado projetado de 22,65 metros. O Bomesc observou que pode suportar as condições ambientais únicas em um século nas águas brasileiras e é o primeiro sistema de geração de energia em circuito fechado com turbina a gás do mundo.

Atualmente, o primeiro óleo está planejado para 2024, mas devido à pandemia da Covid-19 e às incertezas relacionadas, os planos do projeto podem ser ajustados em resposta às restrições de saúde e segurança.

A Modec, como contratante do FPSO, operará a embarcação durante o primeiro ano. Depois disso, a Equinor planeja operar as instalações até o final do período de licença em 2053.

O FPSO será a primeira aplicação do “M350 Hull” da Modec, um casco de última geração para FPSOs, com design de casco duplo completo. Ele foi desenvolvido para acomodar uma superfície superior e uma capacidade de armazenamento maior do que os tanques VLCC convencionais, com uma vida útil de projeto mais longa.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

SEMBCORP MARINE AINDA ENFRENTA DÉFICIT DE TRABALHADORES QUALIFICADOS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 08 Junho 2021



A Sembcorp Marine anunciou que, com as restrições da Fase 2 (Alerta Elevado) relacionadas à Covid introduzidas pelo governo de Cingapura em 16 de maio, o grupo continua a enfrentar desafios no recrutamento de novos trabalhadores qualificados para seus vários projetos.

A empresa disse que tem explorado fontes alternativas de trabalhadores qualificados, o que, segundo ela, provavelmente incorrerá em maiores custos de mão de obra para alguns de seus projetos em andamento.

"Resolver a escassez de mão de obra qualificada em tempo hábil continua sendo uma prioridade fundamental e o grupo continuará a trabalhar rapidamente com as autoridades relevantes para agilizar a entrada de trabalhadores qualificados em Cingapura", disse a Sembcorp Marine em um comunicado publicado em seu site.

"O grupo também continuará a trabalhar em estreita colaboração com nossos clientes para coordenar e reprogramar as conclusões do projeto. Não houve cancelamento até o momento de nenhum de nossos projetos existentes", acrescentou a empresa no comunicado.

A Sembcorp Marine informou que fornecerá mais atualizações sobre a escassez de mão de obra e o impacto nos custos resultantes no anúncio dos resultados financeiros do primeiro semestre de 2021.

Em sua atualização de negócios provisória para o primeiro trimestre deste ano, que foi lançada em 3 de maio, a Sembcorp Marine destacou que o grupo enfrentou restrições da cadeia de abastecimento por causa da pandemia e escassez de trabalhadores qualificados.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

ICTSI RIO BRASIL AMPLIA O SUPORTE DE SEUS SERVIÇOS LOGÍSTICOS COM A CONCESSÃO DO TERMINAL INTERMODAL DE FLORIANO

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2021



Para isso, formou a empresa IRB Logística, que assumirá as operações do terminal da Multitex Logística em 1º de julho

A ICTSI Rio Brasil está expandindo seus serviços de apoio logístico, agregando logística ferroviária às suas operações com a concessão de longo prazo do Terminal Intermodal Floriano em Barra Mansa, no Rio de Janeiro. A empresa formou uma nova empresa — IRB Logística — para assumir as operações do terminal Multitex Logística a partir de 1º de julho. A IRB Logística oferecerá serviços de movimentação, transporte e armazenamento de cargas para centros

econômicos, industriais e comerciais. de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo.

"Estamos entusiasmados com o início das operações da IRB Logistics e esperamos trabalhar em estreita colaboração com nossa empresa irmã para aumentar a sinergia na cadeia de abastecimento regional. Embora as operações da ICTSI Rio e da IRB Logistics sejam independentes uma da outra, compartilhamos o objetivo comum de impulsionar crescimento econômico da região, fornecendo soluções mais eficientes, contínuas e de valor agregado em toda a cadeia logística", disse Roberto Lopes, CEO da ICTSI Rio.

Localizado em um pólo industrial a cerca de 150 quilômetros do Porto do Rio de Janeiro, o terminal intermodal movimenta principalmente cargas em contêineres e produtos siderúrgicos, mais adequados ao transporte ferroviário, para indústrias da região sul do Rio de Janeiro. Tem capacidade para até 70 vagões e possui pátio para armazenamento e enchimento de contêineres, além de área coberta para estocagem de produtos acabados.

O porto de 3,4 hectares é 100% movido a energia solar e possui uma frota de equipamentos de movimentação de carga movidos a eletricidade, aspectos operacionais perfeitamente alinhados à estratégia de sustentabilidade da International Container Terminal Services, Inc. em todo o seu portfólio global.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/06/2021

PORTO DE CABEDELLO ATUALIZA PLANO DE DESENVOLVIMENTO E ZONEAMENTO (PDZ)

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 08 Junho 2021



O novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto Organizado de Cabedelo foi aprovado pelo Ministério da Infraestrutura (Minfra) através de portaria publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira (8).

O PDZ, assim como o Plano Mestre, é um documento de planejamento que todos os portos precisam ter. Ele serve como um guia que reúne todas as informações do Porto e traça o planejamento estratégico para crescimento do complexo

portuário.



Para se tornar válido, o PDZ passa pela aprovação do Ministério da Infraestrutura após análise técnica da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA).

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*

Data: 08/06/2021



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS

Data : 20/04/2006